

**ATA DA 302ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL
DE SAÚDE DE SÃO PAULO**

SÃO PAULO, 08/02/2024

PRESIDENTE

LUIZ CARLOS ZAMARCO

COORDENADOR DA COMISSÃO EXECUTIVA

JOSÉ CARLOS RIBEIRO GIMENES

SECRETÁRIO GERAL DO CMS-SP

JÚLIO CÉSAR CARUZZO

I – Conselheiros Presentes

Representantes da Sociedade Civil:

ALBERTINA SOUZA RIBEIRO JUSTINO - (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE

ADRIANA RAMOS COSTA MATEUS -(TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE

BENEDITO ALVES DE SOUZA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE CENTRO

RUBENS ALVES PINHEIRO FILHO - (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE

ALICE REGINA DE LIMA SANTEZI – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE

ANDRÉ ANCELMO ARAÚJO – (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

FREDERICO SOARES DE LIMA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

JULIANA MATIAS DE OLIVEIRA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

MANOEL OTAVIANO DA SILVA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

OLGA LUISA LEON DE QUIROGA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

CARLOS MIGUEL DE FREITAS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS

WALTER MASTELARO NETO – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS

MARIA IMACULADA HENRIQUE CÂNDIDO - (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Representantes dos Sindicatos Patronais

EDUARDO BUENO DA FONSECA PERILLO – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS SINDICATOS PATRONAIS

JOSÉ HENRIQUE MARQUES CAMARGO – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS SINDICATOS PATRONAIS

Representantes das Centrais Sindicais

ALEX RICARDO FONSECA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS

Representantes dos Trabalhadores em Saúde:

JOSÉ ERIVALDER GUIMARÃES DE OLIVEIRA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE

IVONILDES FERREIRA DA SILVA – (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE

ÂNGELA APARECIDA DOS SANTOS – (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
ÉRIKA TIE MIAI (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
FLÁVIA ANUNCIAÇÃO DO NASCIMENTO (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
LAUDICÉIA REIS SILVA DOS SANTOS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
ROSEMEIRE SENA LOPES- (SUPLENTE) - REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
ELAINE DIAS VASCONCELOS - (SUPLENTE) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
ALEXANDER DE CARLO FREITAS NAVARRO (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS LIBERAIS

Representantes de Universidade Pública

IVALDO SILVA (SUPLENTE) REPRESENTANTES DE UNIVERSIDADE PÚBLICA

Representantes de Universidade Privada

Representantes Prestador Lucrativo

Representantes Prestador Filantrópico

ELZA DE SANTANA BRAGA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PRESTADORES FILANTRÓPICOS

Representantes do Poder Público:

MARCELO MONTEIRO PINTO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
MARIA DAS DORES LIMA SOARES (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
MARILDA SILVA DE SOUZA TORMENTE (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
RITA DE CASSIA BATISTA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
JOSÉ IVAN FERREIRA – (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

II – Justificativas de ausência:

JOSÉ CARLOS RIBEIRO GIMENES - (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE
DIMITRI AUAD (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL
THAÍS MENDES SOUZA – (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
JOSÉ GONZAGA DA CRUZ – (TITULAR) - REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS
MARGARETH ANDERAO (TITULAR) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
FRANCISCO ERNANE RAMALHO GOMES – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS FUNÇÃO MEIO
CARLOS ALBERTO FERREIRA GOULART -(SUPLENTE) - REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO
REINALDO JOSÉ TOCCI – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO

III – Ausentes

FRANCISCO DE ASSIS SILVA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE
ALESSANDRA ESTEVÃO DA ROCHA -- (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE
MARCO ANTONIO RIBEIRO – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE CENTRO
CRISTÓVÃO AVELINO NERY – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL
CLARISVALDO RÊGO MONTEIRO FILHO – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE
JOCILÉIA NÉIA DA COSTA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
VICTÓRIA MATOS DAS CHAGAS SILVA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
AMANDA CONEGUNDES MUCCI – (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
EDINALVA EDITE DE SOUSA – (TITULAR) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
VERA HELENA ALVES SANTANA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
NADIR FRANCISCO DO AMARAL - (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
EDUARDO VICTOR FERREIRA FARIA – (TITULAR) - REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
SILAS LAURIANO NETO (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS

AMÉLIA DALVA RIBEIRO DE OLIVEIRA – (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
FERNANDO HENRIQUE VIEIRA DOS SANTOS (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS REGIONAIS
FUNÇÃO FIM
JOSÉ APARECIDO MAION – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS FUNÇÃO MEIO
IRAMIR BASTOS GOMES – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS
FERNANDO MUSSA ABUJAMRA AITH – (TITULAR) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PÚBLICA
PAULO ROBERTO MARVULLE (TITULAR) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA
MARIA DA PENHA MONTEIRO OLIVA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA
MARIO SANTORO JUNIOR - (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PRESTADORES FILANTRÓPICOS
NELZA AKEMI SHIMIDZU (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
MARCOS ANTÔNIO CAMPOY (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
KELLY CRISTINA LOPES LUNA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

ATA ELABORADA PELA EQUIPE TÉCNICA DO CMS/SP:

JAIR ALVES – ASSISTENTE SOCIAL

DIGITAÇÃO:

JAIR ALVES – ASSISTENTE SOCIAL

SUELI DE OLIVEIRA GIMENEZ – AAG

REVISÃO GERAL:

JÚLIO CÉSAR CARUZZO – SECRETÁRIO GERAL

Flávia Anunciação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva: Cumprimenta a todos e informa que já tem quórum e avisa do início da reunião – diz que Gimenes pediu que ela o substituísse, pede a colaboração de todos. Diz que tem bastante convidados hoje na reunião. Enquanto fala os convidados começam entrar. A sala fica totalmente lotada. Informa que tais convidados vieram para tratar sobre questões de saúde mental. Trata-se de usuários e trabalhadores de CECCOs, CAPS e Pontos de Economia Solidária. Após se acomodarem passa palavra para Julio iniciar a leitura da agenda do dia.

Júlio César Caruzzo, Secretário Geral do CMSSP: Saúda a todos e anuncia leitura da pauta da 302ª reunião ordinária do MS/SP para a presente reunião. Certifica-se que todos tenham cópia da pauta e procede a leitura conforme o que segue: “A - *Aprovação da Ata da 301ª Reunião Plenária Ordinária*; B - *Informes da Mesa*; C - *Informes dos Conselheiros*; D - *Informes das Comissões*; E - **Ordem do Dia**: - *Apresentação do(s) Parecer(es) dos conselheiros André e Flávia referentes ao pedido de vistas do Relatório Final da 21ª Conferência Municipal de Saúde de São Paulo*; - *Situação dos CAPS, CECCOs e Pontos de Economia Solidária sob administração direta – Falta de infraestrutura e de RH*; - *Situação da Dengue no município*; - *Fechamento do Programa Aborto Legal no Hospital Municipal de Vila Nova Cachoeirinha*; F- **Deliberações** - *Aprovar Ad -Referendum a Comissão Organizadora e as subcomissões da 1ª Conferência Municipal de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde, Etapa da 4ª Conferência Estadual de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde e Etapa da 4ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde*; - *Agendar pleno extra - Pauta: Situação dos hospitais municipais e HSPM*; - *Agendar pleno extra - Pauta: Documento Norteador para os processos eleitorais dos Conselhos Gestores de Saúde e do Conselho Municipal de Saúde.*” Após leitura, pergunta se algum conselheiro quer fazer inserção de pauta: anota André, Walter, Flávia, e pergunta se tem mais alguém online. Em seguida chama pela ordem de inscrição o primeiro.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Quer fazer uma inclusão de pauta e uma outra coisa que a mesa deve definir o que seria. A inclusão que propõe trata-se da “devolutiva da reunião do Ministério Público (MP) sobre o processo eleitoral”. Justifica necessidade da inclusão dizendo que na última reunião do Conselho foi pactuado que iria uma comissão ao MP e que esta traria a devolutiva para discussão no Pleno. Segunda sugestão dele refere-se à antecipar ou priorizar discussão sobre a deliberação ad referendum da Comissão Organizadora

das Subcomissões do Conselho que está no primeiro item das deliberações. Justifica esta segunda sugestão dizendo que se não houver a prorrogação do mandato haverá um problema assim: no momento em que findar o mandato do Conselho, este automaticamente terá que sair das comissões, seja comissão organizadora, seja de credenciamento e homologação, seja de acessibilidade, seja a que for, e este não terá direito a participar como membro nato, porque “membro nato” tem que ser conselheiro municipal.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: Quer sugerir dois itens, o primeiro é o mesmo que André já falou sobre a devolutiva do documento. O segundo é um pedido de inversão de pauta. Quer que o item sobre o fechamento do programa aborto legal do Hospital Municipal seja discutido logo após a discussão do documento do MP.

Flávia Anuniação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva: Diz que estão presentes na sala pessoas que são usuárias do programa de saúde mental e pede a que não façam a inversão, mesmo que se saiba que é uma pauta importante pra ser discutida, mas pede que não se modifique a ordem das pautas. Justifica que não se sabe da resposta se o pessoal da dengue estará presente para fazer uma apresentação. Apela para Walter que retire pedido de inversão de pauta.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: Aceita sugestão de Flávia, desde que seja garantido que tenha uma hora ou mais e com a presença dos conselheiros para a discussão do programa do Hospital. Garantido isto ele não tem objeção.

Júlio César Caruzzo, Secretário Geral do CMSSP: Sobre a situação da dengue, explica que Covisa está mudando de prédio exatamente neste momento e eles (Covisa) pede desculpas, mas não tem condições de fazer hoje esta apresentação. E avisa que o Conselho vai mudar em torno do dia 26 de fevereiro, mas não exatamente nesta data (26/02) porque neste dia terá a apresentação do último quadrimestre de 2023 que foi solicitado pela gestão participativa e ela pretende que se faça enquanto o Conselho estiver aqui ainda. Então fica retirada a situação da dengue.

Benedito Alves de Souza, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Fala sobre a importância da deliberação do item 1 porque se for avançar pulando este item tem que ver como ficará o mandato dos conselheiros. Diz que há dois impasses vide a colocação feita por André Ancelmo que contrapõe “conselheiro e não conselheiros” e “delegados e não delegados”. Considera importante o assunto porque ele mesmo diz que já enfrentou esse problema no Estado quando foi conselheiro estadual de saúde. Disse que fez uma Conferência e depois saiu do Conselho e foi eliminado como delegado, mas depois ele mesmo fez gestões e acabou indo para Conferência. Então é preciso ajustar porque não haverá tempo hábil para fazer eleição, fazer Conferência com Conselho no processo de transição.

Júlio César Caruzzo, Secretário Geral do CMSSP: Sugere passagem deste item de deliberações para a ordem do dia, deixando como último ponto da ordem do dia. Caso não haja possibilidade de discutir na presente reunião, ficará para ser discutido no mês de março. Observa que precisa tocar o trabalho das comissões. Neste ponto pergunta se estão de acordo com isso... todos ficam em silêncio ... Benê fala algo (inaudível) – Julio diz ao Benê que está considerando o que ele disse e informa que ele mesmo solicitou ao Estado o adiamento da Conferência para mês de maio para poderem fazer a pré conferência no mês de abril. Em seguida faz um resumo do que está na mesa. Diz que tem uma solicitação de inclusão de pauta da devolutiva da reunião do MP sobre o processo eleitoral, relembra que Walter concordou com a manutenção da ordem da pauta. Quer saber agora se os “informes de conselheiros e de comissões” devem ficar como está ou pode passar para posição de “últimos pontos”? --- inaudível – alguém fala que quer que fique como último ponto.

Flávia Anuniação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva: Diz que foi pactuado esta ordem de pauta na

Comissão Executiva e que existe um comprometimento de todos que estes dois itens são importantes e que devem permanecer para que se possa fazer o debate e a discussão hoje. Refere que existe na mesa uma lista de inscrições e declina os nomes de André, Walter, Benê, ... E diz que existe também um “pedido de vistas”. Pergunta se deve entrar imediatamente a discussão sobre o pedido de vistas? Passa a coletar opiniões inaudíveis.

Júlio César Caruzzo, Secretário Geral do CMSSP: Pergunta se já pode aprovar as inclusões e inversão de pauta solicitadas. Pede para que os que concordam fiquem em silêncio, quem se abster, ou que for contrário se manifeste. Após instantes de silêncio, declara aprovada a pauta por aclamação. Pede em seguida que aprovem a ata da 301ª reunião plenária ordinária do CMS/SP, antes informa. Adriana solicitou uma pequena correção e ninguém mais solicitou e também a inversão de pauta solicitada. Todos aprovam. Em seguida anuncia o primeiro ponto da ordem do dia que é a apresentação do(s) Parecer(es) dos conselheiros André e Flávia referentes ao pedido de vistas do Relatório Final da 21ª Conferência Municipal de Saúde de São Paulo.

Flávia Anunciação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva: Pede dilação de prazo para entrega desse pedido de vistas.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Solicita o mesmo.

Flávia Anunciação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva: Diz que ela e André estão pedindo para entrega no próximo Pleno, mais 30 dias – justifica dizendo que os servidores estão em plena campanha salarial e ela mesma está envolvida com isso e não tem tido tempo. Explica que uma vez por ano tem uma campanha salarial, diz que como ela mesma pediu vistas considera importante justificar, “não foi atraso só por um atraso”, diz que é o momento de campanha salarial do funcionalismo público. Então isso demanda tempo para ter um reajuste salarial acima de 0,01%. É por esse motivo que a gente está pedindo dilação de prazo.

Rubens Alves Pinheiro Filho, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Diz que iria pedir vistas dos dois documentos. Entretanto, como foi solicitado dilação de prazo – o que considera justo – não vai fazer o pedido de vistas agora – vai esperar o prazo de 30 dias.

Júlio César Caruzzo, Secretário Geral do CMSSP: Informa que quando é solicitada vistas cai automaticamente. Como foi pedido dilação de prazo solicita que apreciem e aprovem ou não a dilação do prazo. Afinal todos aprovam. Em seguida anuncia próxima pauta referente à “situação dos CAPS, CECCOs e Pontos de Economia Solidária sob administração direta – Falta de infraestrutura e de RH” e passa palavra para Flávia.

Flávia Anunciação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva: Diz que a Comissão de RH tem feito esta discussão. Pede a participação do Walter porque ele acompanha estas discussões. Pergunta em seguida quem da Saúde Mental estão presentes e que são conselheiros porque acha importante que os trabalhadores e usuários da saúde mental convidados conheçam esses conselheiros. Pede também que se apresentem os que estão na Comissão de RH, além dela mesma e do André. Identifica que do RH tem também a Marilda. Segue explicando a pauta dizendo que estas comissões vêm discutindo a situação dos equipamentos que estão sob gestão da administração direta. Relata que estes equipamentos estão com a manutenção corretiva e preventiva, reforma e cuidados muito precários. Isto pode ser confirmado também pela palavra das pessoas convidadas presentes nesta plenária. Diz que deveria haver um zelo muito maior em relação a esses equipamentos, quando você compara um CECCO que foi entregue para a administração terceirizada em relação a parte estrutural eles estão muito melhores dos que estão sob a

gestão da administração direta numa clara escolha aonde vai ser investido o dinheiro público porque um CAPS sob gestão terceirizada o dinheiro que está lá dentro é dinheiro público e não é dinheiro privado. A gestão é privada, mas o dinheiro é público porque para os CAPS e os serviços de saúde mental terceirizados têm dinheiro, tem orçamento e para os que estão sob a administração direta a gente não tem? Então na Comissão de RH, a gente tem discutido muito, é uma resposta protocolar da SMS, das supervisões, das coordenadorias porque chegou vários documentos aqui relatando a falta de RH e as condições que estes equipamentos tem quando a gente manda isto para a supervisão, pros territórios a resposta é protocolar – dizem – nós não temos o que fazer – não tem concurso público e a gente não é quem tem governança sobre isso a gente chamou a RT que deu uma aula aqui pra gente que tem que ir pra Fazenda que tem todo um processo, mas a gente não viu nenhum pedido apesar da constatação da situação que está. Né? A gente tem concurso aberto. Não há que se dizer que não há concurso. Tem concursos abertos. Um concurso que era um concurso das autarquias – aí eu vou pedir pra Laudicéia, porque a gente teve acesso a quantas pessoas, a quantos trabalhadores estão aguardando pra ser chamados desses concursos e o que a gente está fazendo aqui hoje é um apelo ao Secretário da Saúde assim como houve uma decisão administrativa de recompor o serviço do SAMU, o serviço do sistema de vigilância, o serviço DST/AIDS, a gente está aqui pra deixar registrado e fazer o apelo que se recomponha o serviço de saúde mental CAPS, CECCOs, Pontos de Economia Solidaria que estão sob gestão da administração direta com este concurso que está aberto, aí eu vou pedir pra Laudicéia falar pra gente quantos trabalhadores estão aguardando nestes concursos pra serem chamados.

Laudicéia Reis Silva dos Santos, Conselheira Suplente representante das Entidades Sindicais

Gerais: Faz leitura do número de profissionais aguardando chamado. Diz que tem 1352 assistente sociais, 8679 enfermeiros, 1734 farmacêuticos, 1886 fisioterapeutas, 442 nutricionistas, 2391 psicólogos, 181 vagas para TO, 8279 auxiliares de enfermagem, 1442 técnicos de enfermagem, 924 técnicos de farmácia, 1427 técnicos administrativos de gestão,

Flávia Anunciação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais

Gerais e Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva: Após leitura, diz que não faltam profissionais para serem chamados e não se justifica a entrega dos CAPS e dos serviços de saúde mental que ainda estão sob a gestão da administração direta. Então a gente está hoje aqui pra fazer essa discussão, fazer este debate, trouxe o pessoal que usa o serviço, que sofre todos os dias com a desassistência por falta de RH a não recomposição resulta em desassistência nos territórios. Quantos usuários estão fora do serviço porque o próprio serviço, por falta de RH, não tem condições de absorver aquilo que o território necessita, não é aceitável que a prefeitura mais rica de S Paulo trate uma unidade de saúde com um concurso aberto dessa maneira. E por último já, como encaminhamento a gente tem já um processo aberto no Ministério Público do CAPS V Prudente, isso já está no MP a gente recebeu pela Comissão de Saúde Mental uma relação de vários outros CAPS. A proposta aqui é trazer pro Conselho que a decisão da Comissão de RH é encaminhar ao MP todos os outros documentos que chegaram dentro desse processo pra ser discutido junto com o CAPS Vila Prudente. A gente está trazendo este informe aqui e a gente espera que a gente tenha a aprovação de vocês pra decisão tomada pela Comissão de RH.

Laudicéia Reis Silva dos Santos, Conselheira Suplente representante das Entidades Sindicais

Gerais: Diz que faltaram alguns cargos aqui que o André me deu o resultado de COGEP e ainda tem 15 profissionais de Eletrocardiografia, 18 de gasoterapia, 371 segurança do trabalho, 92 agentes de apoio estes também são cargos que estão aguardando serem chamados.

Flávia Anunciação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais

Gerais e Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva: Diz que vai abrir para inscrições. A gente já fez inscrição aqui de usuários. Eu espero que a gente ceda a palavra pra eles usuários e trabalhadores a gente tem uma listinha com 6 pessoas e precisa regular aqui o tempo porque a gente tem um outro debate importante que o Walter trouxe. Vamos começar. Indica que primeiramente deve ouvir os conselheiros para depois entrar nas inscrições dos convidados.

Adriana Ramos Costa Mateus, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde

Sudeste: Fala que esta demanda do CAPS Adulto de Vila Prudente mencionado por Flávia ela mesma fez parte – diz que eles receberam convite da Unidade e estiveram lá enquanto movimento de saúde, mas também como membro do Conselho Municipal e no decorrer da reunião houve uma votação, aliás duas, só que a válida pra mim é a primeira foi colocado que toda essa questão o próprio Conselho Gestor da unidade encaminhou pro MP mas que o Dr Arthur tá acompanhando essa demanda inclusive foi falado essa relação durante a reunião dos profissionais que tem concurso e que foram aprovados, mas assim, tem uma decisão lá do Conselho que não quer entrega e aí tem atas registradas porque a gente pediu que ele encaminhasse tudo pra cá pra dar ciência ao Conselho e a decisão lá na primeira votação dos conselheiros que é o que é válido porque houve duas é que eles não querem entrega dos serviços e aí vale consultar o Conselho que qualquer demanda neste sentido é pra isso que existe controle social a participação de todos segmentos e ter uma decisão coletiva e lembrando que tem uma decisão do próprio conselho municipal que é a Resolução nº 10 de 2017 que tem que fazer valer que falava naquele momento do fechamento dos serviços que na época era os AMAS inclusive houve audiência naquele momento via MP mas quando você lê na íntegra

Toda aquela resolução ela tem uma questão que fala que toda e qualquer discussão tem que ser feito com o Conselho. Acho que a gente tem que fazer valer. Ou o Conselho atualiza a resolução ou coloca na prática ela foi aprovada né? É isso.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias:

Agradece a presença de todos no primeiro pleno do ano eu vou adiantar a minha posição de convalidar a decisão da Comissão de RH acho que é devida eu queria aproveitar para que a gente tome mais uma ação acho que o calendário do Conselho vai provavelmente ser fechado pela Executiva e apresentado pelo Colegiado Pleno na reunião ordinária de Março e eu já faço um pedido pra que a Comissão Executiva se esforce ao lado do representante do nosso presidente que é o Sr Secretário municipal da Saúde que nunca está presente pra que a data das reuniões do Pleno possam ser revistas porque o secretario já disse anteriormente que ele tem uma reunião com prefeito toda quinta feira e isso impossibilitaria dele estar presente no nosso colegiado pleno. Eu não vou negar que eu pessoalmente não sei se a presença do nosso presidente facilitaria ou dificultaria as reuniões do Conselho, mas eu acho que é fundamental que o presidente esteja presente nas reuniões do colegiado. Então eu estou pedindo pra que a gente tome uma ação direta pra que a Comissão Executiva ao fechar o calendário do ano de 2024 possa conversar com o presidente para que ele defina a melhor data da reunião do pleno para que ordinariamente ele possa fazer o papel dele como presidente presente na reunião. E para falar sobre o assunto principal, eu acho que passou da hora do Conselho tomar uma ação direta sobre isso, acho que, se não me falhe a memória, no ano passado quando a gente teve algumas discussões sobre falta de pessoal, a gente constatou uma ausência generalizada em todos os serviços da rede municipal direta, né? E uma questão que me saltou à época era às vezes a inação da própria gestão, das coordenadorias e supervisões técnicas que deixavam de solicitar, mesmo quando os equipamentos informavam da ausência de pessoal deixavam de fazer a solicitação formal né? Para que houvesse apontado a falta desses profissionais porque quando a gente fazia checagem aqui na secretaria diziam ah, mas não está faltando supostamente ninguém porque as supervisões e coordenadorias não estão pedindo, então acho que valeria um esforço maior pra que a gente pudesse acompanhar isso, algo que eu fiz, por exemplo lá na Sudeste foi pedir pra que fosse checado com a coordenadoria e supervisão se essas vagas faltantes estavam sendo relatadas né? E a gente tinha uma discrepância aí. Era só isso. Obrigado

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e

Comunitários: Diz que vai passar a fala dele porque quer ouvir a fala das pessoas que vieram aqui, mas quer garantia de inscrição no final.

Elaine Dias Vasconcelos, Conselheira Suplente representante dos Conselhos de Atividade FIM

(online): Meu nome é Elaine eu sou conselheira pelo Fórum dos Conselhos. Eu represento o CRESS São Paulo. Bom primeiramente parabenizar os trabalhadores e usuários que organizaram junto com o Sindicato. Esse ato é fundamental. Eu também acompanho a Comissão de Saúde Mental. Esta Pauta já

foi discutida em outros momentos, inclusive quando o CAPS que eu trabalhava também foi terceirizado né? Então a gente já vem discutindo isso a um tempo. Hoje eu estou numa em uma UBS, uma das poucas da administração direta que ainda existem. Bom, eu não vou repetir tudo o que foi dito em relação ao concurso. E é isso né? A gente sabe que é o que é. Um concurso em aberto e é possível, né? É se houver vontade de que se chegasse trabalhadores para compor as unidades que estão aí em déficit profissionais é gostaria de solicitar, se possível, que fosse também incluído nessa solicitação que vai haver junto ao Ministério público, as UBSs que estão ainda na administração direta, né? Entendendo que elas também compõem a rede de atenção psicossocial – a RAPS - e a ausência de profissionais nessas unidades também impactam diretamente no atendimento em saúde mental. A exemplo da unidade que eu estou aqui, a gente não tem equipe multidisciplinar, né? Eu sou a única técnica que compõem aqui a equipe e mais a equipe de enfermagem, então, assim a gente pensa no cuidado, na integral, em saúde mental, que também acontece a partir das unidades básicas. Esse atendimento fica totalmente comprometido se não houver uma equipe, né, que componha esse serviço. Isso, obrigado.

Júlio César Caruzzo, Secretário Geral do CMSSP: Tem uma pessoa online que vai falar o Ramos Barbosa. Precisa que algum conselheiro passe a palavra a ele. Conselheira Albertina passa a palavra.

O convidado, Ramos Barbosa (online) – Eu sou conselheiro aqui da Supervisão Técnica aqui do Itaim Paulista e eu estou ouvindo muitos dos senhores e senhoras falar da saúde mental. É eu estou numa área que é a super carência da saúde mental aqui de um equipamento pra saúde mental que é o Itaim Paulista. A gente tem o Hospital Estadual do qual eu também sou conselheiro lá mas que os leitos são mínimos e a gente não tem o equipamento direto para esse público, para esse paciente. A minha discussão que eu gostaria que os senhores apresentassem aí já que têm direito a voto não é saber se é a o equipamento da direta ou se é o equipamento da OS, o que eu gostaria de ver os senhores debatendo é a qualidade disso, ou pela direta ou pela OS, mas que a gente possa ter um serviço de tratamento do paciente portador da doença mental aqui no território, porque os nossos pacientes vão lá pra Cidade Tiradentes quando tem uma urgência. Teve uma urgência sai daqui pra Cidade Tiradentes 4 ou 5 horas da manhã e nós não temos aqui o equipamento aqui que absorva esse paciente. Eu gostaria de ver os senhores debatendo isso e apresentando isso junto à Prefeitura porque nós da supervisão já debatemos, já apresentamos isso e eu acho que o Conselho Municipal nada mais é do que o apoio total aos conselhos regionais que são das supervisões. Então gostaria que os senhores apoiassem a gente nisso. Só isso. Obrigado aí pela oportunidade

Flávia Anunciação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva: A gente vai, a gente vai intercalar as falas de quem está presente aqui, de quem está virtual, está bom? Então falou, falou virtual, vai falar um presente, a primeira inscrita e a gente vai tentar é respeitar aqui o tempo. Julio está contando o tempo de fala da gente, tá bom? 3 minutos, Vanessa, do Cecco Previdência.

A convidada, Vanessa: Oi, pessoal, boa tarde, eu sou a Vanessa, eu estou como coordenadora lá do SECCO Previdência é, não sei se todo mundo sabe, mas os CECCOs são Centros de Convivência que foram criados há 30 anos numa perspectiva muito de vanguarda, né? Que se entende que, por meio da arte, por meio dos esportes, do contato com a natureza, a gente pode ter saúde e até hoje a gente acredita nisso, né? Que cuidar não é só dar remédio, não é só ter hospital, mas é também ter espaços de troca e convivência. Então CECCOs, eles nascem muito nessa perspectiva de pensar que todas as pessoas têm direito a convivência de circular pela cidade. Lá, há mais de 30 anos atrás quando se criou os CECCOs a gente tinha, ouçam bem esses números - mais de 400 funcionários, 400 pessoas nos CECCOs. Hoje nós temos 261, passados mais de 32 anos hoje nós temos CECCOs nove. Vocês sabem quantos séculos tem no município? Temos Vinte e dois CECCOs. Agora desses 22 somente 9 deles têm só 3 ou menos funcionários. Eu queria, né? Acho que o conselho trabalha muito com números. Acho que isso é muito importante para a gente ter a dimensão. Como que a gente mantém um serviço de qualidade, né? Um serviço que cuida com tanta delicadeza das pessoas com 3 funcionários de nível superior ou menos, né? A gente tem exemplos de CECCOs que estão funcionando com 2 e mesmo quando vocês vão ver nas

planilhas que tem CECCOs que tem mais funcionários, a gente vai ver que tem muito funcionário de nível de apoio, de técnico mesmo a gente tem SECCO que tem 2 profissionais de nível superior e a gente não faz isso com qualidade. Como é que você cuida de pessoas tendo apenas 2 profissionais, não é? É, e isso está gravíssimo. Então a gente tem risco, inclusive, de muitos CECCOs fecharem e queria falar, né? aqui em São Paulo a gente teve essa possibilidade de ter essa inovação desse serviço. Agora é que vai provavelmente se criar uma política nacional de convivência. E S Paulo, né? E São Paulo foi o protagonista de uma política como essa. A gente devia ser exemplo e não, a gente devia estar andando para trás. A gente devia estar andando para, né? Pelo menos com que a gente tinha há 30 anos atrás. 400 funcionários. A gente está com 261.

Não é possível oferecer um serviço de qualidade que pensa a inclusão na cidade através das artes, né? Através da beleza da vida, do bem viver, não é possível fazer um trabalho como esse, então peço para os conselheiros para que a gente possa apoiar essa causa.

A convidada, Sônia Hamburger: Eu sou do conselho gestor do Ponto de Economia Solidária. A gente está aqui é juntando a nossa voz, a voz de todos os usuários é conselheiros e profissionais que trabalham na rede de atenção psicossocial. Porque a gente precisa muito fortalecer essa rede e a RAPS é uma rede muito importante para a cidade de São Paulo, num momento em que a demanda por atenção psicossocial, por atendimento da saúde mental é crescente e a gente tem visto isso com muita clareza, é não só nós que estamos nos equipamentos, mas a população como um todo, né? Eu, como conselheira, trago essa demanda é da população, né? Dos territórios que tem a necessidade de acolhimento e atenção na saúde mental cada vez mais premente, né? O nível de ansiedade da população está altíssimo e a necessidade de acolhimento, portanto, é muito grande. O fortalecimento dessa rede se dá garantindo o RH, né? Garantindo profissionais que possam fazer esse acolhimento e garantindo infraestrutura dos equipamentos existentes e do planejamento de novos equipamentos. No Butantã, por exemplo, a gente tem a demanda por novos CAPS e novos CECCOs muito premente, principalmente dos CAPS Quer dizer, a gente tem uma demanda histórica do Distrito Raposo Tavares por um CAPS, que nunca aconteceu. Então, esse investimento na saúde mental e na atenção em Liberdade é muito importante. O ponto de economia solidária é um equipamento super inovador que é saúde, trabalho e vida para aqueles que estão ali em convivência, uma diversidade de pessoas muito importante é, a gente tem uma demanda de que esse equipamento se torne um programa com investimento do município, respaldado na legislação da RAPS do eixo 7 e nas novas propostas, inclusive do Ministério da saúde. Então a gente funciona através de uma portaria e a gente quer que essa portaria vire lei para que a gente tenha segurança de trabalho nos equipamentos. Obrigada.

Flávia Anuniação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva: Muito obrigado, Sônia. Próximo inscrito é o Caio Pereira (- -- silêncio --- comparece Fábio Salles) –pausa --- diz que alguém pede para apresentar. ...Este é Fábio Salles, ele representa a Gestão Participativa. A gente está chamando o Fábio e chamamos também o Ivan Cáceres para participar aqui com a gente da reunião que é a representação da gestão e para ele arrumar mais cadeiras prá nós e se possível mais água.

Fábio Henrique Salles, Assessor de Gestão Participativa da SMS: Boa tarde a todos e todas. Nós estamos com um probleminha hoje. Estamos mudando o prédio nosso aqui. Metade do prédio está em mudança. Está mudando agora COVISA, rede hospitalar, acabei de chegar lá do novo prédio, inclusive é um espaço muito bacana nosso e estamos com a áreas todas em mudança, o prédio inteiro tá mudando – e hoje é um dia crucial que sai praticamente 70% do prédio aqui hoje. E também falar do Ivan. Deu problema, ele está no médico, tem um problema no aparelho dele. Oi, Caio está com você a palavra. (segue-se vozerio e tumulto)

O convidado, Caio: Oi, boa tarde, tudo bem, sou Caio. Tenho espectro do autismo, tenho 32 anos, já frequentei todos os CECCOs e hoje em dia eu fui vendo CECCO previdência, vai fazer um ano, faço atividades. O CECCO mudou minha vida. Eu não andava. Eu era paraplégico. Eu vivi na cadeira de roda do zero ano até aos 12 anos de idade. Você já imaginou uma pessoa que era cadeirante que anda? Você já

imaginou um autista que é adulto hoje em dia, que não tinha terapias? Adulto não tem atividades para adultos autistas entendeu? Para as outras deficiências, ter autista não tem, não tem, entendeu? Por isso eu brigo. Esta unidade não pode fechar, esse espaço não pode fechar, entendeu? Porque é um lugar que eu adoro estar. É um lugar que eu gosto, gosto de participar, gosta de estar, quando estou triste na escola eu ligo para minha amiga Manu, eu ligo para Vanessa, eu ligo para os meus amigos lá do CECCO. Lá eu construí minha amizade. Lá eu participo de um monte de coisa. Tem capoeira, tem loga, tem Tai chi. Tem música. Aí como primeiro, tu tens passeio, tem um monte de coisas e assim, se esse espaço fechar, aonde vou encontrar minha amiga Ruth? Aonde vou encontrar meu amigo Paulo? Aonde vou encontrar minha amiga Gabi? Meus outros amigos, que também faz parte, entendeu? Aonde vou encontrar meus amigos, minhas amigas, nesse local tão maravilhoso. Entendeu? Não pode fechar esse local, não pode fechar porque tem cego que está precisando. Tem CECCO que só tem 2 funcionários. Cadê o resto, gente? Cadê a prefeitura? Cadê o governo do estado? Cadê a Secretaria? O secretário de saúde, cadê o povo? Entendeu?

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e

Comunitários: Pessoal, um recadinho bem rapidinho, ó o secretário, eu acho que de tanta gente pressionar, daqui a pouco, se Deus quiser ele sobe, ó, mas vamos fazer assim, ó tem graças a Deus, graças a Deus a gente está conseguindo chegar, mas tem bastante senhoras idosas aí. Eu acho que aquele que foi um pouquinho mais jovem pudesse ceder o lugar para esses idosos que estão chegando sentar e aí a gente vai conseguindo. A gente pode ir sentando ali no chão ali. Quem puder, quem quiser também está aqui. O espaço é pequeno, mas o gostoso é que a gente tá todo mundo aqui. Obrigado e desculpa.

Flávia Anunciação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais

Gerais e Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva: A próxima inscrita é a Cris Lopes do Coral cênico. É que eu estava sem óculos Cris.

A convidada, Cris Lopes: Boa tarde, é um prazer gigante estar aqui. Eu falo em nome dos cidadãos cantantes e do Curso de Saúde Mental e Reforma Psiquiátrica do Instituto Sedes Sapientiae, onde dou aula. E a importância de a gente estar aqui hoje, é justamente para poder compartilhar com vocês que saúde não é ausência de doença. Aquilo que a gente cansa de falar, mas tem dificuldade em assumir. E quando a gente assume isso, a gente pode descobrir a força que é. E dispositivos que não são só serviços como os CECCOs. Fiz parte, acabou de terminar do grupo de trabalho do Ministério da Saúde, que está pensando uma portaria para esse serviço em âmbito nacional. E essa portaria tá traduzindo, em grande parte, o que a cidade de São Paulo fez e faz. Uma história de mais de 30 anos de um projeto, de um dispositivo que ele é inovador. Quero contar para vocês que eu acabei de voltar em outubro de um festival Internacional que teve no Egito e esse festival tratou sobre arte e saúde. E quando eu tive a oportunidade eu fui representando a convite da Fiocruz. Tinha uma delegação de 3 representações do Brasil - USP, Unesp e Fiocruz. E quando tive a oportunidade de fazer uma palestra lá. O pessoal representante da OMS veio conversar para querer saber que serviço é esse, que história é essa, inovadora que vocês fazem e que diminui uso de medicação. Que diminui possibilidades de internação, mas não é só no campo da saúde mental. O que os CECCOs fazem é em todos os campos. Então a gente tem senhoras que deixaram de usar o clínico geral, usar entre aspas, porque ele funcionava muito mais como um padre confessor do que realmente um espaço de tratamento. As pessoas precisam é de bons encontros. As pessoas precisam com isso diminuir os seus índices de pressão arterial alta. A gente acompanhou isso em pesquisa diminui o uso de remédio. Não só no campo psiquiátrico, diminui o uso de medicação para quem é hipertenso, para quem é diabético, para quem tem outras problemáticas. Ou a gente olha para isso, enxerga que o Brasil inova, é contemporâneo e, por isso precisa investir nessa direção. Ou a gente está perdendo tempo. O que essas trabalhadoras que estão nos centros de convivência cooperativa fazem é um trabalho valoroso, que precisa ser multiplicado. A OMS quer levar isso pro mundo O trabalho que se faz é muito auspicioso. Não dá para dizer ao pessoal lá, brinca. Isso não é café com leite, isso é de um cientificismo. O que muita gente não alcança, porque só alcança aquilo que usa remédio que usa grandes aparelhos para fazer diagnóstico ou a gente avança nessa direção, ou a gente vai ficar para trás e outros

vão levar autoria daquilo que a gente faz. Olha só. A gente trabalha na perspectiva da convivência e do trabalho solidário. É isso que a gente tem que incubar, porque o trabalho que adocece é o trabalho que também salva e que depois vai aprimorar no ponto. Mas tem que começar nos CECCOs. Ou a gente aposta num espaço de gestão direta? Com o aumento dos profissionais, pensando que todos ganham ou a gente perde a oportunidade histórica de fazer transformação? Obrigada.

Flávia Anuniação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva: A gente está olhando aqui, tem muitos, muitas pessoas na sala e a gente falando para quem também não está aqui, mas a gente vê muita gente emocionado. Né? A lágrima vinda no olho porque se sente reconhecido nesse processo de luta que a gente vem fazendo e na injustiça que é você ter equipamentos da administração direta tão abandonados, né? Quando a gente tem dinheiro, a gente tem orçamento para esses equipamentos estarem é adequado, tá com o seu número de RH certinho, ter reforma, ter manutenção corretiva e preventiva. Ter os profissionais lá para acolher todo mundo que precisa. Muita gente precisa, né? E aí, como a Cris disse, a gente não tem que discutir o processo de adoecimento, a gente tem que discutir o nosso processo de saúde. Saúde que a gente busca todos os dias. O próximo inscrito é a Márcia Novaes, do CECCO Guarani, Márcia.

A convidada, Márcia Novaes: Boa tarde. Cadê o secretário? Cadê o secretário? É uma pena que o secretário não esteja. Nós estamos bastante indignados com isso para ser muito franco. De qualquer forma, é muito importante que nós estejamos aqui, né? Somos muitos, né? Quando tem aqui uma parte das pessoas, né? As pessoas que poderiam estar, mas muitas muito mais estariam se pudessem estar aqui com a gente. Então, é o seguinte, queria só dizer o meu nome é Márcia, eu sou terapeuta ocupacional no CECCO V Guarani. Tenho mais de 30 anos de CECCO. Então a gente sabe o que a gente está falando e tentando. Tentando aqui sensibilizar e agregar num documento que a gente possa falar o que a gente faz. Então assim eu vou só fazer um resumo, por exemplo, o CECCO V Guarani nós estamos com 7 profissionais. Todos nós podemos aposentar. Eu sou uma que já pedi minha aposentadoria, então estou aqui, militante como sempre para que a gente possa é colocar, né? Fazer com que esse concurso de 2017 das autarquias ele seja chamado. É só isso que a gente está pedindo nesse momento. Nós queremos ampliar os CECCOs. Nós queremos ampliar os pontos, né? Mas hoje nós viemos aqui especificamente pedir uma coisa que já está. Já está aqui, nós não estamos pedindo que tenha concurso, porque o concurso já existe. E aí? Só que agora pensar um pouquinho, o que que a gente faz lá no CECCO V Guarani. A gente não está com poucos profissionais, mas nós vamos ficar, né? Esse ano só são 2 pessoas que vão se aposentar, então vamos ficar com 5, hoje a gente consegue fazer 22 oficinas por semana. Isso dá mais de 1000 pessoas, mais de 1000 atendimentos por semana e mais de 5000 procedimentos por mês. Não é pouca coisa, né? Eu acho que os meus colegas, ou, as pessoas que frequentam o CECCO que são as que mais podem falar de uma maneira mais, é com mais autoridade sobre o que elas vivem nos centros de convivência. É, mas assim, de qualquer forma. É, eu me perdi desculpa, mas eu vou falar uma coisa muito importante, todos nós há anos fazem mais de 8 anos que a gente está lutando por concurso público para os CECCOs. A gente não, nenhum momento. A gente não admite que os centros de convivência vão para as OSs. A gente não, não é para fazer isso, né? O que já aconteceu, aconteceu, mas os CECCOs a gente quer chame esse concurso que já está aí. Eu queria finalizar minha fala dizendo que as pessoas que frequentam CECCOs são mais, né? A gente nem está chamando mais de usuários. São pessoas que frequentam e são todos cidadãos. Bastou a gente fazer as conversas nos grupos, né? Porque as pessoas perguntam para mim, Ué Márcia? Mas você vai sair. Quem que vai te substituir? Olha que pergunta maravilhosa, incrível. Essa é a pergunta que fez com que a gente detonasse essa discussão de uma forma mais decisiva dentro das nossas oficinas, todos somos cidadãos, então estamos aqui reivindicando os CECCOs não vão acabar, não vão acabar porque aqui existem mais, né? Se tem 1000 pessoas que a gente fez uma conta por alto em um CECCO em 24 CECCOs somos muitos. Então a gente está aqui, os familiares também. MUITÍSSIMO grata, é isso. É uma rede gigante. Então secretário, a gente nós não estamos pedindo nada demais, nós estamos pedindo que é possível. Muito obrigado!

Flávia Anunção do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva: Pessoal, ó o pessoal que está aqui pediu para a gente passar aqui, ó, eles estão. Eles já têm um grupo de WhatsApp de usuários e usuárias de CECCOs e CAPS. É um grupo de conselheiros, então eles estão pedindo para passar a lista. Quem quiser colocar o nome o telefone, vou começar com você. Oh, nome, telefone, passa, vai passando. Tá, coloca o nome Alessandra Carrasco. Ó, a gente está encerrando as inscrições, está bom? É a gente é. É, a gente tem a Liane aqui, a Liane faz parte do coral cênico, é isso, gente, a Liane tem que pegar o filho na escola. A Liane veio abrilhantar e trazer uma parte cultural pra gente. A gente vai passar ela na frente, aí espero que vocês me desculpem porque pegar o filho na escola também é uma demanda é que a gente não pode deixar. Então a gente vai, ela vai conversar, vai, vai, vai ser a nossa voz aqui lúdica e pra gente. E aí a gente continua as inscrições, tá bom?

A convidada, Liane: Boa tarde. É? Então sou uma cidadã cantante. Eu costumava dizer que a música me movia e depois das drogas, a rua, a música me tirou das ruas. Hoje eu já não faço uso de drogas. E não quero tomar remédio. Vou Cantar Gracias a La Vida. (segue apresentando música)

A convidada, Alexandra Carrasco: Gente boa tarde. Estou muito emocionada por todo esse encontro. Venho representar o CAPS Adulto Butantã, eu sou psicóloga. O CAPS Adulto Butantã que em sua origem vem de um hospital-dia na gestão da Luiza Erundina e que o que eu quero trazer aqui é o estado de precarização que a gente vem enfrentando né? Acho que a partir da pandemia do COVID, 50% da equipe pediu aposentadoria e os que ainda estão alguns já tem tempo para se aposentar. É a fora a equipe médica, equipe de enfermagem, equipe multi contas com 3 psicólogas, um farmacêutico e um recém vindo assistente social, e acho que assim a saúde mental, sendo intrinsecamente interdisciplinar, Inter profissional a gente perde muito no trabalho. Para além da medicação, então acho que é importante. É salientar a dificuldade que a gente tem com o aumento da demanda de saúde mental, né? Que a gente vem vendo, né? É concretamente aí. Após a pandemia, o desgaste da equipe é falar, pontuar também como a Sônia, a necessidade de mais um CAPS III pra região do Butantã. E também falar aí uma demanda do Conselho Gestor, que é o contrato de limpeza e manutenção dos CAPS da região Oeste, que não consta a jardinagem. A gente está num imóvel que tem quintal e o mato, né? corre lá, cresce. A gente tem que pensar formas não oficiais, e isso assim, acho que a gente está num momento de epidemia, né? Da dengue enfim e de outras doenças, então acho que é importante colocar essa questão dessa revisão do contrato. Obrigada.

Flávia Anunção do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva: Agora a gente vai ouvir a Clara que é do CECCO Ibirapuera

A convidada, Clara: Obrigada pela oportunidade, na verdade, fiz um encaminhamento da última eleição do conselho gestor. Lá do CECCO Ibirapuera e o conselho conseguiu manter, é o equipamento é lá dentro do parque com a concessão, eles queriam transferir para outro lugar, porém é já foi uma unidade. Assim, bem importante, inclusive ali Na Na região, com convivência assim, de de todos os públicos, sabe? Inclusive fiz uma oficina de mosaico com um senhor que vinha com o cuidador, sabe? Vinha de carro, motorista e aí convivia assim com todas as outras pessoas. Assim, sabe, com cada um, com o seu jeito de ser, e é bem importante. Tinha bastante oficina e aos poucos é vem sendo desidratado, né? O RH, que muito se falou aqui, é que assim, a supervisão técnica argumenta que o funcionalismo público RH envelheceu e que, portanto, não tem como repor. Sabe, é os funcionários. Tanto é que o CECCO Ibirapuera é atualmente, se não me engano, tem 4 funcionários. Então quando eles entram de férias ou pega, a licença tem com 3, ficam 2, né? Então assim é, eu acho fundamental essa unidade, imagina no? Num dos parques, mas é, sabe, amados assim, né? Do país do Brasil EE. Eu acho que é uma questão de resistência a gente manter esse CECCO Ibirapuera, fortalecer, levar RH, completar e voltar a ser o que era, com oficinas, com ioga, com artes, com marchetaria, caminhada, né? Que tudo isso está meio suspenso, né? Tá meio suspenso porque não tem RH, certo? Então é, precisamos se incluir o Ibirapuera e fazer a mobilização para melhorar a aqui a unidade, né? Outra coisa que eu queria falar, eu sou do

conselho gestor do da UBS, Max Perlman e eles estão. É, nós precisamos urgente de fiscalização, porque é uma unidade tombada, né? E abandonada, totalmente é o de 1 ano para cá, onde é época que eu estou lá, é de estar em Franca deterioração. E RH também menos. E agora eles estão. É tentando uma terceirização, sem seguir a lei, né? Que recomenda, que exige a participação do público na decisão desta questão. Então é, nós precisamos de ajuda. Max Perlman. Obrigada.

Flávia Anuniação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva: Próxima pessoa inscrita é o conselheiro Rubens.

Rubens Alves Pinheiro Filho, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Então tá dando bom, é a princípio novamente. Boa tarde a todas e a todos aqui presente. Eu estou marcando o meu tempo aqui para poder ser bem sucinto na minha fala, está num primeiro momento. Quero parabenizar todos vocês que estão aqui porque tem uma questão fundamental, se nós não lutarmos pelos nossos direitos, quem faz isso por nós não é os conselheiros aqui presentes. Obrigada os conselheiros aqui presentes têm a obrigatoriedade de acompanhar as demandas nos seus territórios, mas, por favor, nos procure também, se não nos procurar. Como os conselheiros municipais estão em todos os territórios, se não nos procurar, nós não temos como auxiliar, porque se não chega para nós aqui as informações, nós não temos como encaminhar. Nós não temos como orientar na base, então eu solicito a vocês que façam isso, procure os conselheiros. A crise. Eu conheço há muito tempo, né? Cris é uma batalhadora, uma pessoa que nós nos respeitamos. Lá na zona Oeste. Tá, mas nós precisamos que vocês nos procurem. Essa é a primeira questão. A segunda questão, fundamentalmente, é o seguinte, é na medida que um serviço tão importante que precisam que o profissional tenha ligação com quem ele assiste, nós usuários, não é? Nós, usuários é extremamente importante, está chegando num ponto de exaustão e nós temos que apoiar. Os usuários têm que apoiar essa questão porque veja bem, o trabalhador que não puderem nos atender, como fica? Nossa situação não é diretamente ligada a isso, não são só os trabalhadores que estão passando por um processo de destruição. Os usuários que pagam por isso também. Então nós temos que lutar e dar apoio total a reivindicação dos trabalhadores. Nesse ponto é fundamentalmente importante, mas no terceiro ponto que eu quero colocar aqui é exatamente a organização. Se nós não tivermos organização como conjunto, trabalhador e usuário, nós não temos força. E se não tem força já com força, as pessoas dos governos mal nos atendem, sem força, sem organização e sem luta a gente não consegue absolutamente nada, somos empurrados literalmente com a barriga, então eu sugiro que assim só com um pequeno exemplo. Pequeno exemplo na Argentina, elegeram um fascista como presidente. Quase que nós tivemos uma continuidade de um fascista que, como presidente nesse país. Na Argentina aconteceu isso. E a oposição está na rua o tempo integral e fazendo recuar as medidas que esse governo fascista está fazendo lá. Nós temos que fazer a mesma coisa aqui, nós temos que fazer a mesma coisa aqui, porque nós temos sim, nas 3 instâncias nós temos fascistas, que não tem interesse no social? Em absolutamente nenhum temos aqui. Não se engane por conta disso, não é? Nós temos um governo hoje que só encerramos agora. Nós temos um governo hoje que por milagre, digamos assim, não se permitiu que os fascistas continuassem nesse país, porque hoje nós não estaríamos fazendo esse tipo de reunião aqui. Então, por favor, gente. Os conselheiros municipais de saúde pedem que vocês nos procurem. Está que, como usuário e nós temos obrigação de dar todo apoio para vocês. Muito obrigado.

Flávia Anuniação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva: A gente ainda tem 4 inscritos para a gente poder encaminhar. Eu vou falar os nomes dos inscritos para a gente poder encaminhar. Não faz essa cara, não para a gente poder entrar na pauta do Walter. A gente tem a Hortência que é da Zona Sul, Adriana do CAPS Vila Prudente, Nivaldo do CECCO Nóbrega e por último a Maria do CAPS Vila prudente. A Maria encerra, com isso, que já estavam encerradas as inscrições, a Maria encerra as falas, tá bom Maria? Então vamos lá! Hortência, sua vez. Ah Ó, a gente vai é, a gente só vai pedir para a gente ser bem sucinto nas falas pra gente poder fazer o encaminhamento e entrar na outra pauta que é o fechamento do serviço

do Hospital Cachoeirinha, tá bom? É uma pauta importante também. Oi, ham, tem a Regina. Eu falei que a Regina tinha 2 minutos.

A convidada, Hortência: Boa tarde. Sou Hortência, sou do CECCO Campo Limpo e eu estou aqui pedindo para que os conselheiros entrem naquele grupo do CECCO Campo Limpo para que a gente possa unir mais forças para que a gente consiga colocar as nossas pautas em dia. Outra coisa também que eu quero falar é que nós, enquanto conselheiros temos que nos unir para que os nossos serviços, CECCO, CAPS, sejam melhores e que não admitir também que os nossos CECCOs vão para trás. Nós temos que deixar o nosso CECCO na direta do jeito que está. Nós temos que ter mais trabalhadores, sempre, ter mais RH. Nós temos que ter cuidados. Nós não aceitamos mais que o prefeito, que o governador, que o secretário de saúde não olhe para a saúde mental. A saúde mental ela tem que ser cuidada. A gente viu aqui que quadro lindo dessa menina cantando. O que é isso? E essa teve um tratamento maravilhoso, porque que eles querem cortar esse serviço. Por que que eles querem tirar toda a verba do CECCO e deixar a gente sem o CECCO. Eles tiram todo o dinheiro e depois disse que não tem usuário. Mas como que o trabalhador vai funcionar se não tem a verba? Tudo. A gente fica pedindo pelo amor de Deus, é móveis velhos que tem no CECCO, é tudo que eles não querem. O CECCO devia ser o porão que eles acham que pode jogar tudo o que é velho. Que velho, não? Tudo que é usado, que não tem jeito dentro do CECCO é isso, gente.

Flávia Anuniação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva: Valeu. É Adriana CECCO Vila, é CAPS Vila prudente.

A convidada, Adriana Betioli: Boa tarde! É, eu sou Adriana, sou Assistente Social do CAPS Vila Prudente é, a gente está aqui hoje. Quero agradecer principalmente os usuários que vieram com a gente, que não foram poucos, né? Foram pelo menos 10 usuários e o nosso só vieram 10 porque ficaram alguns no serviço, né? A gente é um serviço que está funcionando com uma equipe mínima da mínima. Para vocês terem ideia, gente, é um CAPS que não tem psicólogo atendendo, a gente só tem um psicólogo e esse psicólogo perdeu a saúde diante de estar só, né? E aí, está de licença médica, então não temos psicólogos, aí a gente tem duas assistentes sociais, uma T.O., duas enfermeiras e uma farmacêutica de técnica, né? Então, apesar de ter essa equipe mínima, a gente consegue fazer das tripas coração e lutar. E atender com dignidade quem ainda ficou lá, né? Então queria agradecer quem é usuário do CAPS Vila Prudente, por favor. Eu queria uma salva de palmas para esses usuários que estão na luta com a gente.

Flávia Anuniação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva: O próximo, é o Nivaldo do CECCO Nóbrega. Vem cá, Nivaldo. Nivaldo chegou todo tímido aqui perto de mim. Para pedir a inscrição, falei, está inscrito.

O convidado, Nivaldo: Muito obrigado! Eu sou o Nivaldo Gomes, frequento o CECCO Nóbrega. Estou aqui com mais ou menos com quase 20 pessoas. Eu ouvi que a dizer que eu sou uma pessoa que é se é quando eu estava tomando remédio, só era remédio, remédio, remédio e a psiquiatra remédio aumentava e diminuía, aumentava ou diminuía. Aí eu infelizmente, aconteceu um efeito comigo que eu tentei o suicídio no metrô Arthur Alvim e só não morri de sorte, né? Mas depois disso, minhas, meus familiares, começaram a ver que eu era uma pessoa boa e se não fosse o apoio dos meus familiares, eu não estaria como usuário do CECCO até hoje. Então o CECCO tem que (...) e não é só remédio, é sim terapias e participação no CECCO, dando a sua contribuição, porque esse é o caminho. O CECCO não pode fechar. O CECCO não pode fechar a porta, as portas. O CECCO tem que continuar. Viva nossos todos os CECCOs, todas as pessoas de boa, de modo geral, todo mundo.

A convidada, Regina Marchiori: Boa tarde! Em 2021 foi acolhida como trabalhadora. O CECCO Nóbrega está aqui, tá todo mundo aqui, ó, muito bom. E o CECCO, gente, eu. Eu costumo dizer, o CECCO é o lugar onde a gente vive a essência do SUS, a essência do SUS, que é vida, que é saúde, que é convivência, que é principalmente vínculo, e vínculo a gente só consegue ter, quando enquanto servidor, a

gente tem a certeza de que não vai ter que ir embora no dia seguinte, e que a gente vai poder viver o que eu sei, eu vivi isso no CECCO e vivi no Ibirapuera também ainda estando na gestão participativa. É bom demais e sem falar da atuação dos atores. Se a gente puder fazer um acompanhamento, os conselhos gestores dos CECCOs têm muito a ensinar para os conselhos gestores das unidades todas. Existe lá uma coisa que é da assembleia, que é de fato escutar e tomar decisões e a gente vê aqui ó, os conselheiros estão aqui, estão se organizando, então é isso é e para manter esse vínculo, jeito tem que ser servidor. Não dá para a gente entregar os ecos. Não que os trabalhadores não sejam bons trabalhadores estão aí para trabalhar. Eles são muito bons. Todos os trabalhadores que estão nas unidades estão muito bons, mas a questão do vínculo só se faz sendo servidor público.

Flávia Anunciação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva: Deixar bem claro que aqui ninguém faz crítica nenhum vínculo de trabalhador e a nenhum modelo de trabalhador, nenhum vínculo. A crítica que a gente faz é um modelo, não é um modelo, é que a gente está dizendo que o modelo para a saúde mental eu acho que é o que todos nós defendemos aqui, é que o modelo da saúde mental seja pela administração direta. A última inscrita é a Maria, 3 minutinhos a gente quer ouvir a Maria. Maria do CAPS Vila Prudente. E aí a gente vai para o movimento da SUDESTE.

A convidada, Maria: Eu sou Maria. É, eu sou do movimento popular de saúde desde 1981 ou 1982. É uma história longa que a gente tem nessa batalha pela saúde. A saúde mental entrou na minha vida quando a gente teve um manicômio dentro do bairro da Vila Alpina, aonde a gente ouvia o clamor de sofrimento daquelas mulheres que ali estava internada. Era um hospital feminino, e eu não sabia nada da luta antimanicomial. Eu não tinha conhecimento. O movimento popular de saúde não tinha nem conhecimento disso. A gente queria era a construção de posto, queria médico, queria hospital, a gente não tinha esse conhecimento, mas com aquele hospital e as mulheres gritando na janela, aquilo era um sofrimento que entrava na alma da gente. E de repente, a gente se envolveu na luta antimanicomial sem nem saber o que estava fazendo e tive a felicidade de conhecer os profissionais que já estavam nessa luta. Aqui tem uma Cristina? Foi aí que abriu os meus olhos, porque até então eu lutava por saúde, mas para mim, a questão da loucura, a questão da doença mental era algo como essa cultura que é colocado para a gente e toda a maldade é vontade de Deus, que todo o sofrimento que a violência contra a mulher, que os maus tratos das pessoas no manicômio, aí ele ficou louco, é a vontade de Deus. E foi a partir disso, a partir da luta de fazer contato com essas pessoas que já vinham nessa luta que foram me esclarecendo que eu pude estar levando para as reuniões do conselho de saúde do meu bairro a necessidade de a gente estar junto. Foi aí que a gente conseguiu a maior vitória que eu considero na minha vida na questão da saúde foi eu participar pela implantação do primeiro hospital-dia, tive lá da Vila prudente. Eu tive a satisfação de participar disso. Quando o pessoal me fala, a Maria do CAPS, não, não sou do CAPS, vamos dizer que eu sou uma tia velha que eu ajudei na construção lá na implantação do aluguel da casa de tudo isso, né? Mas quando mexe, quando eu sei que o CAPS está em situação difícil os CAPS, isso mexe comigo, porque é um sentimento de pertencimento dessa luta. É algo maior do que eu. Então quando eu soube da situação do CAPS daqui, estão querendo terceirizar, que não tem funcionários. Eu falei, não. Eu vou arregaçar minhas mangas, eu vou fazer. Não estou mais militando tanto no movimento, porque agora as reuniões é online e eu não participo de reunião online, então eu estou aonde tiver algo assim, olho no olho, eu estou e aqui eu estou para dizer para o secretário e para o prefeito que eles não estão aqui, mas deveria estar nos ouvindo, que a nossa luta pode parecer que está escapando pelo meio dos dedos, mas não está as nossas conquistas, nós vamos segurar essa união aqui é um grande passo que nós vamos vencer.

Flávia Anunciação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva: Pessoal, então vamos para o encaminhamento. A gente tinha feito o encaminhamento, que era o seguinte, lembrando, dissemos que a comissão de RH. Cadê o Navarro. Eles também fizeram essa discussão lá na comissão deles. A proposta que a gente tem e a gente trouxe para aprovação do pleno a partir de tudo o que a gente ouviu de todos os documentos que a gente recebeu, é das supervisões das coordenadorias, dos, do, das

divisões de gestão de trabalho que não é com eles, não. Eles estão impossibilitados de recompor o RH do CAPS. Porque não tem concurso público e a gente está contestando isso porque tem um concurso vigente aberto, inclusive com todas as vagas que estão aí. Então, como a gente viu que nesse espaço já não tem mais o que se discutir? A nossa proposta é que todos os documentos nas comissões, tanto da do. Do na de saúde mental do Navarro, quanto na comissão de RH que esteja relacionado a CAPS, CECCOS e Pontos de Economia Solidária. Diz que o os documentos que tem lá, é RH faltoso, condições estruturais de todas essas unidades. Precarização dentro dessas unidades das condições estruturais. A gente já tem um inquérito aberto no MP já tem um processo aberto, que a gente encaminhe para que todos esses documentos sejam adicionados a esse inquérito que já está aberto. Tá certo que é o inquérito do caps Vila prudente, que já está andando, já tem uma parte dele analisado, em que a gente envia esses outros documentos. Processo de votação. Então em regime de votação. Você quer falar, então vai tá aberto. Vai lá Benê.

Benedito Alves de Souza, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde

Centro: Eu só queria lembrar a todos que estão presente neste ato que o secretário municipal de saúde, ele é presidente deste conselho, instalado aqui. Muito obrigado.

Flávia Anunciação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais

Gerais e Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva: O presidente do conselho não está, mas os conselheiros e os usuários estão, e o fato dele não estar aqui não é impeditivo que a gente toque o processo de trabalho, tá certo? Regime de votação os conselheiros favoráveis é, pode ter. Pode, não precisa. Nominal à os conselheiros favoráveis permaneçam como estão. Conselheiros contrários levantem a mão, então olhando lá também no chat? As abstenções. Estão aprovados os encaminhamentos dos nossos documentos para o MP. A gente começa então uma luta que é uma luta política, que é o que a gente está fazendo aqui e a gente começa também uma luta jurídica dentro do Ministério público da saúde. É fora disso também. Acho que talvez seja interessante. Outros conselheiros a gente fazer um grupo com outros conselheiros para a gente ir lá, cobrar do MP uma audiência com esse pessoal aqui. E aí a gente pode ver que, conselheiro que quer ir lá? A gente pode se organizar e também tentar uma audiência pública dentro do Ministério público da saúde. Está bom, depois a gente conversa, faz os grupos. Com essas 2 comissões, eu e o Navarro a gente organiza isso, mas pra gente também fazer uma audiência como essa dentro do Ministério público da saúde. Muito bem, então a gente se organiza para não ir um CAPS só. Deve ir todo mundo que está aqui no MP também está bom. Obrigada. Oi. Todos os equipamentos de saúde que estão dentro da saúde mental de agora em diante, a gente não faz luta na saúde mental separado. O que separa a gente? Talvez falta, mas daqui para frente, todos os equipamentos farão essa luta unificada. A gente faz card divulga, está bom, Adriana.

Adriana Ramos Costa Mateus, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde

Sudeste: Eu já falei no início, só estou reforçando o que eu falei para ela é. Manda a cópia desses documentos. O conselho da supervisão técnica, porque eles têm que ter ciência que a primeira instância e a última instância aqui, que já está a par da situação, mas tem que dar ciência lá também é só.

Flávia Anunciação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais

Gerais e Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva: CAPS, CECCOs e os PES – (Pontos de Economia Solidária) que não mandaram o documento para cá, falando de qual é a realidade de RH e estrutural mandem para a comissão de RH que a gente vai dar o mesmo tratamento para todos os documentos, é isso, que, como diz o Benê, quem não é visto não é lembrado. Muito obrigada pela participação de todos vocês. Muito bem. Viva os SUS. Ninguém tira da gente direito conquistado. Não se troca, não se vende o SUS é nosso, ninguém tira da gente direito conquistado. Não se troca, não se vende. Próxima pauta pessoal, é o fechamento do serviço do hospital Cachoeirinha. A gente tem o Walter e a Laudicéia que estão tocando esse processo. Vamos só esperar um pouquinho.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: O que eu queria saber Flávia. É se tem alguém da Secretaria aqui, né? Ou que vai acontecer?

Flávia Anuniação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva: Eu tenho uma proposta.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: Não propostas, eu tenho várias. O que eu quero saber é quem a gestão mandou para cá?

Flávia Anuniação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva: Dá para gente dar 3 minutinhos só para ficar a gente organizar e só o pessoal sair. Pessoal, obrigado, viu? Conversa. (seguem cinco minutos de silêncio para retirada dos convidados) É, se você quer do Vila do Cachoeirinha, é pessoal, vamos retomar aqui, então vamos, vamos lá. Então vamos lá então. A nossa próxima pauta é o serviço do fechamento do serviço de aborto. Está bom, então a próxima pauta é o fechamento do serviço do hospital Cachoeirinha, uma pauta que impacta diretamente a saúde das mulheres. A gente primeiro vai perguntar pro Fábio, que é o que está aqui como representante da gestão, porque a gente fez esse pedido? A comissão executiva colocou isto em pauta, tá certo? Inclusive a gente assim, quando a gente monta uma pauta na executiva. A gente espera que a área técnica esteja aqui para explicar e fazer o debate com os conselheiros. Então já estou dizendo, a nossa expectativa é que tenha vindo alguém da gestão para fazer a conversa, e já adianto, já adianto, é assim o fato de mudar de prédio, aí eu estou dando a minha opinião pessoal. O fato de haver uma mudança no prédio não deveria ser um impeditivo para alguém da área técnica estar aqui, né, para poder discutir com a gente um tema tão importante é, então já estou colocando a minha opinião. Está bom Fábio? Porque assim, a mudança vai mudar o equipamento, computador, não sei o quê, não sei o que lá, mas todo mundo tem um laptop, o cara da área técnica tem isso tudo armazenado e a área técnica podia estar aqui fazendo essa discussão com a gente sim. O fato de mudar num não acho que seja uma resposta legal, né? Mas vamos ouvir o Fábio. Vai lá, Fábio.

Fábio Henrique Salles, Assessor de Gestão Participativa da SMS: Boa tarde a todos e todas! Na verdade, não era essa devolutiva que eu ia. Você só se antecipou, né? Sobre a questão dessa pauta está quem está responsável, né? Em trazer as informações é a Doutora Marilande sobre essa questão. Ela está a par desse assunto, mas no mesmo tempo, inclusive eu avisei, né? Formal não foi formalmente, mas avisei o Julio. Avisei também política de saúde, avisei o coordenador do conselho da executiva. A Doutora Marilande está em reunião nesse momento, né? Em reunião tratando de alguns assuntos da área hospitalar e ela pediu para falar para vocês, que assim podemos remarcar, ou no próximo pleno ou uma próxima reunião ou numa comissão. Infelizmente, ela não pôde estar aqui por este motivo. Tá? Tratando, deixa eu falar, a gente espera aí, gente, eu acho que, assim como calma, eu acho que aqui nós estamos no espaço democrata de direito. Mas imagine você falando as pessoas, eu espera, calma, não sim, mas as pessoas têm que ter paciência. Já estou explicando aqui que é o meu papel, é o meu papel aqui.

Flávia Anuniação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva: Está que horas que termina a reunião da Doutora Marilande?

Fábio Henrique Salles, Assessor de Gestão Participativa da SMS: Eu não sei te informar, então, mas é nem eu acho nem do prédio é não está no prédio Rui, né? E outra coisa, eu quero dar uma devolutiva para vocês. Eu acho que quem é funcionário público que está aqui na mesa sabe que mudança você tem que cuidar das suas coisas? Inclusive até a chefia. Desculpa, e assim, e todos os funcionários na questão também da outra pauta de COVID na questão da COVISA. Nós estamos com 2 situações. A COVISA está mudando hoje e também todos os nossos técnicos de COVISA estão trabalhando na questão da dengue. Temos bastante devolutivas, não é? É para falar também da questão da dengue. Isso também não há nenhum problema aqui para os nossos técnicos estar presente com quem estaria presente aqui é o Dr., o coordenador de COVISA, está sempre presente aqui, sabe, mas só que ontem foi começou a mudança de COVISA. Vocês forem lá, vocês vão ver que os funcionários estão ajudando a carregar mesa, tá? Os

documentos e assim, infelizmente é isso. Nossa parte de mudança é no final da nossa mudança. Deixe-me só explicar para vocês. Está?

Flávia Anuniação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva: Gente, pera aí, ó, vamos garantir a fala do Fábio, vamos lá, a gente se inscreve depois, aí eu vou fazer a chata do rolê. A gente ouve o Fábio está certo? E depois a gente faz a inscrição e a gente fala e o Fábio vai ouvir a gente. Pode ser assim? Vamos lá.

Fábio Henrique Salles, Assessor de Gestão Participativa da SMS: Estou aqui à disposição de vocês, é todas as pautas, né? É de Extrema importância, tá? E são pautas que a prefeitura juntamente com a Secretaria está trabalhando em cima dessas pautas. Vocês também têm acompanhado, né? Nessa questão, a Doutora Marilande, ela nunca deixou de vir para falar aqui. Ela sempre esteve presente em todo, quase em todas as reuniões aqui presente, então nenhum, isso não é um motivo de dizer que não viria aqui para tratar desse assunto, tá? Então eu peço a vocês esta compreensão tá? Realmente nós estamos num momento bem delicado na questão da dengue, todos os nossos profissionais estão na rua e também fazendo a mudança junto aí com a coordenação da questão da outra pauta. E tratando aqui da questão do hospital, a Dra. Marilande está em reunião, mas ela se coloca à disposição, não é? Se vocês quiserem que podemos levar essa pauta também para a comissão, ela vai. Não tem motivo, não tem problema nenhum, tá? O motivo é que ela está em uma reunião de Extrema importância nesse exato momento e nem num prédio ela está presente. Tá bom senhores. Então estou passando essa devolutiva para vocês e já falando na questão, aí eu, como funcionário público, eu e o Júlio, nós vamos ter que fazer uma mega tarefa aqui, vamos pegar todos os funcionários aqui presentes, tanto dos nossos, não é? E todo mundo tá? Nós vamos ter que separar documentos. É uma mudança, é isso, gente? Então é isso? São áreas que acumula bastante papel de informação e, infelizmente, até eu como supervisor da minha área, vou ter que trabalhar no dia da mudança, né? Então é isso, essa devolutiva tá bom? Obrigado senhores.

Flávia Anuniação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva: Vamos à inscrições, é Walter. Ana não é ruim de novo, está levando junto a um tempão. É, eu sou essa pessoa, há? Você me deu? Ah tá, então desculpa, então já tem, ó, vou falar os nomes que estão escritos é Walter, Rosana, Denize, Maria Mota. Você também está se inscrevendo? É ele que me deu essa caneta. Que aconteceu? Vamos lá, Walter, sua vez.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: Obrigado, Flávia! Eu acho que eu preciso antes de qualquer coisa, fazer um resgate histórico, né? Eu acho que a gente tem um fato curioso de um histórico de descaso da Secretaria quando a gente fala, não é? E vou citar, embora possa não ser culpa da Dra. Marilande, eu entendo que ela muito ocupada, né? Mas o ano passado a gente teve fechamento do serviço de obstetrícia. A gente começou a discutir essa pauta dentro das comissões. Isso demorou mais de 3 meses até que a Dra. Marilande tivesse um espaço na agenda para estar presente no pleno do conselho. E não foi falta de convite. A gente vem tentando discutir sobre a questão do aborto na comissão da saúde da mulher por várias vezes no ano passado. A Laudicéia acabou assumindo no meio do ano a coordenação, mas eu tive presente desde o começo. Eu posso garantir que desde que eu entrei no conselho, quase 2 anos, a gente tem tentado discutir a pauta sobre aborto legal no município. A gente não consegue, porque sempre a falta da área técnica, sempre a indisponibilidade de alguém. O assunto não vai à frente. Em o final do ano passado, a gente teve essa surpresa quando o conselho parou de se reunir sobre o fechamento de serviços de uma da serviço de abortamento legal. Isso era algo extremamente urgente, porque a questão do aborto é urgente e é um direito. Mas ninguém podia fazer nada, porque conselho não está o dia se reunir, não é? E agora, convenientemente, a gente não tem de novo a presença. Eu confesso que eu não tenho nenhuma paciência para ouvir a gestão dizendo que está de braços abertos em disponibilidade, porque a disponibilidade era agora e não vejo boa-fé da gestão. Eu vim sentar com o conselho para conversar sobre esse assunto, que, aliás, eu tenho certeza que o secretário está bem informado, porque ele passou o último mês inteiro dando entrevista para todos

os jornais da cidade, falando sobre tudo isso. Então, se ele não pode vir, ele não quer vir. A gente tem que tomar alguma atitude sobre isso, não é? E não tem nada que a gente possa fazer, a gente vai ter que passar mais um mês no mínimo, até falar sobre esse assunto, que é um direito. Está sendo negado por desculpas aleatória, porque está chegando até a gente. A gente não tem nenhuma resposta oficial, né? Da área técnica. Além de fazer essa retomada, eu acho que tem algumas questões que a gente precisa tratar. Porque, como já pontuei, o aborto é um direito legal que está sendo dificultado. E por mais que a Secretaria venha falar, eu inclusive fui ler todo o processo que existe. Li os documentos que a procuradoria apresentou em defesa do município, li a liminar. Eu acho que tem algumas coisas precisam ser ditas assim e coisas que escapam da boa realidade, assim como a gente tinha na questão da discussão da maternidade, porque é dito, olha, a gente tem um excesso de leitos de maternidade no município. Esses leitos fechados não vão impactar. E quando você olha para um dado técnico, é verdade. A gente tem mesmo um número de leitos muito grande. A gente tem que lembrar que o número de nascimento no município vem caindo a muito tempo, então é óbvio que se você pegar os números de leitos de 3 anos atrás para agora, você não tem a ocupação desses leitos em tempo integral, né? Inclusive, é, obviamente, os leitos de maternidade não vão estar ocupados em tempo integral porque um bebê demora 9 meses ou mais para nascer, então ele só vai ser ocupado durante o período de nascimento, não é? E nisso a gente teve uma questão que foi discutida lá atrás da ausência desse serviço que foi criado. E agora a gente tem o fechamento desse serviço legal, né? É dito pela Secretaria que o serviço está disponível, que é mentira. Eu digo que é mentira porque a gente tem acompanhado as mulheres que buscam os serviços de abortamento. E estão fora dos dados, porque essas pessoas acabaram entrando dentro dos registros. Quando vão chegar até o serviço e escutam, né? Que o serviço não está fazendo um abortamento que ela tem que ir para outro lugar. Elas recebem um documento dizendo, olha, vai para tal hospital, vai pra estar hospital, vai para o hospital e daí começa a famosa peregrinação do aborto que a gente que as pessoas precisam fazer não é pulando de serviço para serviço, seguindo todas as nossas orientações técnicas, porque a gente tem uma orientação técnica do Ministério da Saúde, né? Que inclusive diz que a exigência de BO não é obrigatória, mas isso é continuado dentro do serviço, sendo exigido, não é? Eu acho que a gente precisa discutir porque existem todas as questões. Não adianta falar que o aborto não está acontecendo e, além de tudo, eu vou dizer, não é? Eu já estava esperando que todos os serviços de abortamento fossem fechados. A gente tem sempre essa briga eterna, mas uma coisa que me surpreendeu demais nas últimas semanas. Isso me deixou estarecido e na última comissão da reunião das mulheres, eu comentei, foi o absurdo o absurdo, a ilegalidade, a imoralidade da Secretaria, requisitar acesso aos prontuários médicos das pacientes de 2021 a 2023. Isso é inadmissível, então, se já seria inadmissível o fechamento de um aborto legal, o requisitar o acesso aos prontuários é que eu vou lembrar. Prontuário tem sigilo médico absoluto. Uma das grandes questões que devem ser respeitada é a questão do sigilo médico. Ninguém tem acesso ao prontuário de paciente nenhum. Se a Secretaria quiser acesso a esses prontuários. Ela precisa requerer o acesso judicial e cadê esse documento pedindo acesso judicial? Porque a gente não encontrou nada, não tem um documento sobre essas supostas alegações. Isso me deixa estarecido e eu acho que é especialmente sobre isso, que o conselho precisa tomar uma decisão urgente, porque é inadmissível que o secretário fique para cima e para baixo dando entrevista, dizendo que está havendo irregularidade no serviço de aborto e que a Secretaria vai pegar esse pode pegar os prontuários para fazer análise, inclusive com apoio do CREMESP e vou dizer se o CREMESP está dando esse apoio. Isso tem que ser visto porque o CREMESP não tem autorização para quebrar sigilo de prontuário médico de nenhum paciente. Eu não aceito esse tipo de justificativa, não tem grupo nenhum no CREMESP que possa ter autorização para quebrar porque quem quebra o sigilo é por ordem judicial, é isso?

Flávia Anunciação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva: Obrigada, Walter! A próxima inscrita está. Está funcionando, é a Rosana. O conselheiro André, cedeu a palavra.

A convidada, Rosana: Oi gente. Boa tarde, é meu nome é Rosana Lucena. Eu sou assessora do vereador Hélio Rodrigues e a gente vem aqui, na verdade, com grande preocupação, porque desde o final de dezembro o programa, o que atendia a mulheres no hospital Vila Nova Cachoeirinha, foi suspenso.

Sem diálogo, né? Sem poder, sem referenciar as mulheres para outro serviço, e a gente sabe que, na verdade, essa é uma ação que fere os direitos fundamentais das mulheres. Eu não preciso aqui lembrar que o aborto legal no Brasil, ele é permitido desde 1940, o aborto é permitido nos casos de estupro, de risco de vida da mulher e, mais recentemente, nos casos de anencefalia. Então, o que essa gestão está fazendo na verdade, não é só deixar um vazio institucional quando ele retira um serviço que é o único de referência para o aborto tardio. Ele está fazendo uma re-vitimização dessas mulheres. Isso se chama violência institucional. É mentira que os outros serviços a gente ligou, procurou saber, é, mandamos ofício. A gente está tentando entender o que que essa gestão pretende com esse ato porque na verdade, os outros serviços não fazem aborto tardio acima de 12 semanas, como o Vila Nova Cachoeirinha fazia, então, na verdade, a gente está aqui colocando o nosso mandato à disposição. A gente está acompanhando essa pauta e a gente quer entender qual é o objetivo dessa gestão, de tirar um direito que é resguardado às mulheres que dele necessitam, né? Então a nossa preocupação é a arbitrariedade, a falta de diálogo, a violência institucional e o abandono das mulheres, porque, gente, vamos combinar, é, nenhuma mulher faz um aborto porque ela quer, porque ela acha bacana. O aborto é um momento muito delicado, muito doloroso. Muitas vezes essa mulher, ela está sofrendo, né? Então ela afeta não só a saúde física, como a saúde mental e essa gestão ela está ignorando, é as decisões que foram tomadas pelo Ministério público federal, pelo Ministério público estadual. É nós, junto com o SINDSEP, nos reunimos com a Defensoria pública, então nós estamos assim estarecidos, indignados, revoltados. E o pior, a cada dia, uma mulher que não tem acesso a esse serviço, ela está sendo abandonada e re-vitimizada pelo estado. E isso é inaceitável.

Flávia Anunciação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva: A próxima inscrita e a Denise n, eu estou cedendo a palavra. A Denise é da Faculdade de Saúde Pública.

A convidada, Natasha: Gente, desculpa, eu estou. Eu estou inscrita desde o início.

Laudicéia Reis Silva dos Santos, Conselheira Suplente representante das Entidades Sindicais Gerais: Só faltou dizer que a Rosane está aqui porque o gabinete do Hélio faz parte da comissão de saúde, tá? Então ela veio para poder fazer a fala, porque a comissão de saúde da Câmara tem acompanhado esse caso do hospital e da mulher. Isso.

Flávia Anunciação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva: Tá bom, então agora a gente ouve a Denise. A Denise é da Faculdade de Saúde Pública e também agora está na assessoria do Sintech.

A convidada, Denise: Obrigada, boa. Agradeço a oportunidade da fala. Vou tentar ser rápida aqui é como a Flavia disse. Eu fiz uma Mestrado e Doutorado na Faculdade de Saúde Pública, trabalhei no projeto de pós-doutorado em um projeto de ciência de dados também saúde materno infantil. Pesquisando justamente essa interseção entre assistência e saúde e os direitos reprodutivos das mulheres, né? E o chamando de aborto legal. É, ele pode ser melhor descrito se a gente falar que é um serviço de interrupção da gestação. Nos casos previstos em lei, para não ter mal entendido com relação aos termos que são usados, tá? E eu queria contar 2 histórias para vocês. Rápida é a primeira história da Aline. Aline é uma menina de 11 anos que mora em Franco da Rocha e ela aqui, região metropolitana de São Paulo. Ela estuda, mora com a mãe, que é a Dona Rosa e o padrasto. Uma casinha modesta, não é, mas que onde não falta nada tem o essencial porque o padrasto trabalha, a mãe dela é diarista. Um Belo dia, Aline começou a ter dores no estômago, passar mal a mãe dela viu que ela estava vomitando, ficou preocupada e levou ela no posto de saúde. Lá no posto de saúde, marcaram um exame, uma endoscopia, a mãe levou e aí não deu nada no exame. Voltou para o posto de saúde e nesse vai e vem de consultas, exames. Adivinha? Aline estava grávida, né? E aí quando isso aconteceu muito brava com a Aline, é achando que a menina andava aprontando por aí enquanto ela estava fora, trabalhando. E demorou muito, mas muito tempo de mesmo até Aline revelar aqui, na verdade, de vez em quando o padrasto chegava mais cedo do trabalho e fazia coisas muito horríveis com ela. Que ela não conseguia nem contar, e eu não preciso

descrever para vocês, não é? É, e a primeira reação da Dona Rosa foi de duvidar da menina, porque imagina que o marido dela iria fazer uma coisa dessa com a menina dela? A situação foi tão ruim que Aline, um Belo dia, resolveu tomar todos os comprimidos que que ela encontrou pela casa tentando se suicidar. Não conseguiu, foi resgatada, né? Foi um processo muito doloroso até que a Dona Rosa conseguiu conversar com Aline, entendeu que tinha acontecido de fato e aí quando isso aconteceu no posto de saúde, essa altura todo mundo já sabia também dessa história, né? Todo mundo já sabia do abuso da gravidez da Aline. E aí resolveram então informar para ela que, nesse caso, como Aline era menor de idade, ela tinha 11 anos, 12 anos. Ela podia ter o direito à interrupção da gestação. E aí, apesar de toda a vergonha, a Dona Rosa e Aline foram atrás desse direito. Porque a menina não queria estar grávida e ela queria continuar indo para escola. Ela queria estudar, porque no futuro ela queria ser aeromoça. A dona rosa sabia que ela ia ter que pelear para ir atrás desse direito, né? Então deram uma cartinha para ela ir para o hospital, aí lá no hospital deram outra cartinha para ir para o setor hospital e para outro hospital e pra outro e pra outro. Até que chegaram ao Cachoeirinha. Nessa altura, o tempo já tinha passado Aline já estava com 20 semanas de gestação, mas quando finalmente, passaram pelo acolhimento, acreditava que o sofrimento ia acabar. E aí tem que lembrar Dona Rosa, diarista cada vez que ela vai levar Aline numa consulta, num exame, no procedimento, tem que faltar. E aí não recebe, né? E enfim, quando. É, aí tem que lembrar também que o agressor, que é o marido da Dona Rosa, o padrasto da Aline, era o provedor da casa. E as 2 continuavam morando com ele. Porque não tinha para onde ir, né? E ainda tinha que esconder essa gravidez para ele não saber que ela tinha descoberto. Enfim, quando elas é cada vez, cada vez que elas passavam pro serviço saúde, elas tinham que contar toda a história de novo, de tudo o que tinha acontecido com elas. E as 2 choravam muito. E a mãe ainda ficava se remoendo de dor e culpa porque ela não tinha percebido que essas agressões estavam acontecendo. E ainda tinha que continuar vivendo sob o mesmo teto do agressor. Aline sentia muita culpa, muita vergonha. Pensava que nada disso teria acontecido se ela não dançasse na sala. Se ela não fosse carinhosa com padrasto, e se ela trancasse a porta do quarto e do banheiro e assim por diante. Aí, finalmente é quando elas chegaram lá no Cachoeirinha, depois de mais exames, mais perguntas, mais avaliações, mais formulários, mais consultas mais profissionais finalmente marcaram um dia para fazer a interrupção da gestação e aí quando chegaram lá nesse dia, Aline, animada, porque assim ela ia poder voltar a viver. A Dona Rosa ia poder trabalhar, buscar outra casinha para elas, mudar e morarem só as duas. O que aconteceu? O serviço estava fechado e aí a Aline não podia nem ser internada para fazer a interrupção da gestação. E o que que falaram para elas então? Você pode em outro serviço, procura outro que tem. Foi isso, e aí eu pergunto, qual as consequências disso para dona rosa e ali, a segunda estaria? Eu sei que é longa, mas eu acho que vale a pena para a gente refletir a respeito. A Elaine tem 35 anos, 3 filhos, um de 16, um de 10 e outro de 3. Ela mora em Embu das Artes, fez até o ensino médio, trabalha no mercado com carteira assinada e tudo mais, sai cedo todo dia, chega tarde porque o percurso até São Paulo, onde fica o mercado é longo, né? Mas a sorte dela é que a filha dela mais velha, a Mariá, é muito responsável, ajuda a cuidar da casa e ajuda a cuidar dos meninos, vai buscar o pequeno na creche e tudo mais. De uns tempos para cá, Mariá começou a perceber que a mãe estava meio esquisita, preocupada, calada, até que ela descobriu, né? Ouvindo uma conversa também com a vizinha que a mãe, a dona Elaine, estava grávida porque fazia algum tempo os 2 meses que a Elaine estava namorando João, que era um colega da vizinhança, um cara boa praça, que todo mundo conhecia. Mas a Elaine, a dona Elaine, não queria estar grávida porquê ela queria trabalhar, juntar dinheiro para Mariá poder ir para a faculdade. Enfim, vou resumir um pouco a história Dona Elaine descobre que ela está grávida de um feto anencéfalo e ela vai nesse mesmo percurso de serviço e serviço até chegar no Cachoeirinha, onde ela descobre, né, que além do bebê não ter viabilidade, ela ainda corre risco no parto, e que ela pode morrer no parto e isso deixa ela apavorada só de pensar, de deixar 3 crianças sozinhas no mundo, não é? É, ela fez todos os exames, preencheu todos os documentos, todos os requisitos, até que no dia da interrupção da gestação, adivinha? Cachoeirinha estava fechado. Como a gravidez já tinha, estava mais avançada, não tinha outro lugar para onde ela ir. Então, quais as consequências disso pra Elaine, pra Mariá e para as outras 2 crianças de 10, 3 anos? Porque o João, o pai da criança, eles já tinham terminado, e ele estava seguindo a vida dele normalmente. A pergunta que eu faço é, na cabeça de vocês, como que vocês imaginaram as personagens dessa história? Como que era, Aline? Como é que era, Elaine? A Mariah, né? É, qual a cor da pele dessas pessoas? Que que vocês imaginam. Esses 2 casos, eles foram elaborados, eles não são

de pessoas que eu conheci de verdade, mas eles foram elaborados com base na literatura científica sobre direitos reprodutivos no Brasil. São casos mais do que recorrentes. São casos que acontecem todos os dias. Só vou finalizar falando alguns números aqui, tá? Com relação às solicitações de aborto, em um serviço de Porto Alegre 30 por cento dos casos, a violência foi a primeira relação sexual da mulher atendida. Um terço, né? 64% dos casos era a primeira gravidez daquela pessoa. E 55% dos casos eram gestações resultantes de estupro de vulnerável. Isso quer dizer meninas menores de 14 anos ou pessoas com deficiência intelectual ou sob substância. Efeito de substância psicoativa, aí é preciso também a gente lembrar que só metade é dos casos de violência sexual que chega ao serviço de saúde recebe os cuidados profiláticos de emergência, que é o kit pós exposição pra evitar DST e para evitar a gravidez. Apenas 8,5% dos estupros são identificados pela polícia. E só 4,2% são identificados pelos sistemas de informação em saúde, ou seja, a gente não tem nada de informação sobre essas pessoas que sofrem violência sexual. O Brasil tem cerca de 822 mil casos de estupro a cada ano. São 2 por minuto. Nesse momento que eu estou falando aqui já aconteceram mais 3 ou 4 estupros. A gravidez indesejada pode ser uma das consequências do estupro e ocorrem aproximadamente 7% dos casos. Isso dá numa conta de 57.540 gestações resultantes de estupro no país ao ano. Eu vou encerrar porque já ocupei todo o meu tempo, mas posso encaminhar para o conselho um documento a esse respeito.

Flávia Anuniação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva: Só lembrando aqui que, como a Denize disse aqui ninguém está ferindo a lei de proteção de dados, porque os nomes que foram falados são todos nomes fictícios aqui ninguém falou o nome de nenhum usuário do serviço, só deixando isso bem claro. O próximo inscrito, há? Próximo inscrito, tem uma inscrição. Você quer se inscrever? Tá, tchau também.

José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: O Flávio e o pessoal que está online, você está vendo que tem. Levantou a mão?

Flávia Anuniação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva: Você queria. É uma questão de esclarecimento Marilda. Questão de esclarecimento.

Marilda Silva de Souza Tormenta, Conselheira Titular representante do Poder Público: Gente, é, eu sou médica. Embora esteja atuando na área administrativa. Quando a colega não sei se é médica ou que está mostrando para a gente um processo de pesquisa que eu acho muito justo, mas em momento nenhum ela falou e a gente aprende isso na universidade. Eu fiz um curso na USP, eu fiz na Unifesp, comecei um mestrado. A gente quando vai expor qualquer processo, a gente tem que falar desde o início que fulano é nome X e alguma coisa. E assim, o que ela passou, o que eu senti e que observei, eu estou falando que veio do processo que eu já convivi durante 4 anos de minha formação.

Flávia Anuniação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva: Marilda. Questão de ordem. Isto não é questão de esclarecimento, isso não é questão de esclarecimento. Marilda, que qual que é a sua questão de esclarecimento,

Marilda Silva de Souza Tormenta, Conselheira Titular representante do Poder Público: Não foi isso que ela passou. Eu enquanto médica, enquanto eu fiz a observação de criança, a relação mãe-bebê inicia um processo de mortalidade

Flávia Anuniação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva: Marilda, Marilda. A questão de esclarecimento em relação aos nomes, ela, não o nome, o bairro, ela não fez isso no início. Eu acho que a coordenação tomou para si, fez o esclarecimento, certo? Então, tá, seguimos as inscrições.

A convidada, Natasha: Então eu vou narrar aqui uma peregrinação todas as violências institucionais, tá? Eu sou do projeto vivas. Nós acompanhamos mulheres que precisam de aborto legal e eu vou narrar. A via crucis que foi no sábado passado com uma assistida nossa que é, buscava aborto legal no Cachoeirinha, vítima de estupro. Nós chegamos lá no Cachoeirinha, né? Fomos informadas que eles não estavam fazendo aborto legal. É, inclusive, o médico falou que ele não tem nenhuma informação sobre se vai retomar ou não, porque eu já tinha visto a notícia de que o secretário de saúde disse em reunião com o mandato da, acho que da Silva Ferraro, que reabriria o serviço, só que ninguém nunca cheguei, está sabendo disso. Inclusive, ele disse que chegam muitas informações desencontradas. Todo dia uma informação nova. Chegamos lá, eles dão um papel, a gente foi muito bem atendido, inclusive está no Cachoeirinha. É, eles dão um papel com 4 hospitais municipais que supostamente fazem o serviço de aborto legal nesses, nesse papel não tem hospital estadual da mulher, o antigo Pérola Bygton, tá? A gente foi então para o hospital mais próximo que era ali no Tatuapé. O Carmino Caricchio. Acho chegando lá, a primeira coisa, quando você passa na guarita, quando você entra, eu perguntei para quem fica ali para funcionária? É, inclusive, eu tenho áudio dessas coisas. Eu pergunto para a funcionária, Ana Clara, fala um caso de violência sexual, para onde a gente vai? E ela responde de forma muito irônica, sarcástica, primeiramente pra delegacia, né? Aí eu falei não, nós estamos buscando um atendimento médico à então, você segue reto. Ela não sabia quando essa violência tinha acontecido. Essa violência podia ter acabado de acontecer. Essa mulher podia precisar de atendimento médico imediato. Ela disse pra gente ir na delegacia, entrámos no hospital. Na recepção novamente é um caso de violência sexual. O recepcionista pega o telefone para ligar. Pronto Socorro fala. Quando foi? Ela fala primeiro de dezembro e aí não estou muito irritado, ele fala e você só veio agora e liga no pronto Socorro. Enquanto isso, a segurança do acho que é a segurança, a profissional faz controle de acesso. Não sei, começa a perguntar para essa mulher ali traumatizada. Nossa você foi violentada? Com quanto tempo está o seu bebê? E aí começa a perguntar, essa mulher começa a contar dessa violência de novo? Enfim, aí ele fala, você tem que o recepcionista sai do telefone com um pronto-socorro, você tem que ir pro perola aqui não faz? Falei, olha, está aqui no papel dado pelo Cachoeirinha de que aqui faz, vai no pronto Socorro, então conversar, mas aqui não faz. Eu chego lá, as enfermeiras falam, a gente não tem nem ginecologista fixo aqui, aqui tem um ginecologista que vem terça e quinta é somente para as mulheres que estão internadas e a gente tem uma assistida do Vivas que tinha ido lá na semana anterior. E o que disseram para Ela Foi o ginecologista está de férias. A gente não tá fazendo então, informações diferentes, completamente desencontradas aí lá no Carmino, inclusive. Aí você tem que ir no pego lá, você tem que ir no pérgula. Sol, pego lá, faz uma das enfermeiras, olha o papel, onde está escrito também o Tide Setúbal e fala, o Tide não faz? Você tem que ir no Pérola, sendo que a gente sabe que o Tide Setúbal faz sim, enfim, aí ela falou assim, olha, tem uma maternidade aqui perto que é a Leonor. Como é maternidade, talvez faça se você quiser ir lá e aí nós vamos lá. Chegando lá, é a enfermeira que nos atende com bastante seca, inclusive apressando o relato dessa violência, porque a mulher começava a contar e ela falava, tá e aí? E aí? E aí, aí ela falou, aí eu fiz um exame de gravidez, eu descobri que eu estava grávida, tá aí o que você fez? Enfim, e aí ela fala, olha, a gente não faz aqui, eu posso te mandar pro médico, mas provavelmente ele vai mandar você ir pro Pérola. Beleza, não é que a gente saí no corredor. Eu falo com essa mulher, você quer repetir seu trauma? Mais uma vez por esse médico. Pra Ele te mandar para o Perola. Vamos direto no Pérola, ela fala, vamos direto no Pérola. Eu falo ok, aí ela falou assim, então vamos avisar a médica para tirar o nosso nome do da fila, avisar que a gente está indo, eu chego e falo pra médica, olha, a gente está indo pro Pérola, então aí ela fala a melhor mesmo e tal.

Aí ela fala ainda mais, porque não é ainda tem que sair. A ordem judicial eu falei o quê? Ordem judicial para aborto legal. Não, não precisa. Ai é o que a lei diz. Aí a gente errou. Não, não é o que a lei diz. Aí eu falei, você está dando essa informação para as mulheres que vêm aqui vítimas de estupro, porque essa informação está errada. Não precisa de ordem judicial, não precisa de boletim de ocorrência, aí é lá que eu saiba, é assim. Não quis me ouvir, não quis reconhecer se ela tava errada. Eu falei, não, não é pela norma técnica do Ministério da saúde, pelo código penal, não tem essa obrigação. Enfim, fomos ignoradas, fomos pro Perola, né? Porque eu chego pego hospital estadual da mulher, a enfermeira que nos atendeu na triagem é é, então fez um relatar e aí ela ainda fala assim Pra Ela falar 2 coisas que me chamaram muita atenção. Primeiro que é você não é obrigado a fazer um boletim de ocorrência, mas você só vai saber se você foi abusada. Se você fizer, sendo que ela deu todo o relato de que Ela Foi dopada,

não lembra do que aconteceu, está grávida. Obviamente Ela Foi abusada até o médico que nos atendeu no Cachoeirinha, falou, olha, isso tem todos os sinais de um abuso por boa noite, Cinderela. E aí a mulher fala isso Pra Ela e depois falou assim, eu vou te encaminhar para a médica, é, mas você tem que saber que não é, não é todo mundo que chega aqui pedindo aborto legal, que consegue, não é chegar assim e falar oi.

Flávia Anuniação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva: Natasha. eu vou pedir para você, para gente e concluindo, tá bom?

A convidada, Natasha: Tá tudo bem, eu estou no final é que é isso. Ela falou, olha, não é todo mundo que chega aqui que consegue o que eu achei desnecessário, porque aí é assistido. Ela já começou a chorar enquanto a gente não falava com a médica dizendo que olha, está vendo? Não acreditam em mim. Falei, calma, a gente passou pela médica, ela falou, é sábado, você tem direito ao aborto legal. Tudo isso foi uma violência. É você vem na segunda-feira fazer ultrassom porque a gente não faz no fim de semana, segunda-feira de manhã, ela me manda um áudio chorando, dizendo que ela se sentiu muito, muito, muito pressionada a fazer um boletim de ocorrência. Ela Foi fazer um ultrassom, botaram ela no carro de polícia e levaram para casa da mulher brasileira. Ela está agora aguardando o resultado do ultrassom, mas é essa situação que as pessoas passam. Então é os hospitais não sabem qual é a lei. errado. O papel para o qual o papel que o Cachoeirinha da de encaminhamento não tem o Pérola. O antigo Pérola. E se em qualquer lugar que você vai, todo mundo manda você ir no Pérola. Então tem que ter essa orientação, então que eles mandem gerados pro estadual da mulher. E é isso. Hospitais que estão listados lá dizem que não fazem, inclusive dizem que outros hospitais não fazem, dão informação falsa, né? A gente não faz esse hospital que está na lista aqui também não faz? Então é essa situação na qual as mulheres se encontram, sabe uma mulher que foi vítima de uma violência, uma criança que foi vítima de uma violência que precisa de aborto legal no Estado de São Paulo, é isso?

Flávia Anuniação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva: Ok gente, gente agradece, pessoal, vamos agora entrar, a gente vai ter os conselheiros falando, vamos dar uma limitada na fala. A gente teve relatos aqui, eu acho que é importante a gente ouvir e agora a gente tem o Manoel, o Erivalder, a Laudicéia, Maria Mota, e aí Maria Mota também dá uma, dá uma segurada no tempo, tá bom? É, e o Rubens, não. O Carlos que cedeu e o Carlos e o Rubens, que cederam a palavra para Maria Mota, vai Maria. Não, não, Maria, não. Não, ela quer usar o tempo dos 2. Vamos minuto e meio de cada. Serão 3 minutos, um minuto e meio de cada um. Pessoal, eu só vou fazer um apelo aqui, não é? É assim. É, é assim. Eu vou falar uma coisa aqui para vocês. Violência física, a gente olha, a gente tem empatia, violência interna e quem está falando para vocês é quem foi agredida fisicamente por um superintendente de um hospital. Violência psicológica é uma violência que a gente não vê e que, de vez em quando a gente tem uma dificuldade de ter empatia, né? E a gente vê que as violências relacionadas as mulheres têm uma dificuldade da gente ter empatia, né? Assim é, e é um universo tão sofrido, tão doído. Tem certas dores que a gente só vai conseguir saber o significado delas quando a gente passa por elas é assim. Tem dores, por exemplo, meu pai morreu a uma pessoa só. Uma pessoa que tenha perdido um pai que vai entender do que você está falando, então nesse espaço aqui, eu já vi um Monte de coisa, né? Eu só estou pedindo um pouquinho de empatia com dores que a gente talvez não veja, mas que são dores femininas, são dores do universo feminino e a gente está falando aqui com muita consternação e pedindo a sensibilidade de vocês para essa pauta. Até quem não quer ter, né? A gente tem as nossas razões. Até quem não está aqui quer ter. A gente está pedindo para segurar um pouquinho, vamos ouvir as falas, está bom? Obrigada.

Convidada Maria Mota: Faz parte da direção do SINDSEP. É servidora pública, assistente social e mulher. É deste lugar que fala. Já foi conselheira no COMAS. Quando interessa, o secretário nunca está. Fica se perguntando o que interessa aos secretários desta cidade. Parece que não são as pautas que são discutidas pelos munícipes e trabalhadores. Aponta também que quando interessa reduzir atendimento ou políticas públicas, as mulheres, as crianças e os idosos são os primeiros a serem afetados. Não vai falar

sobre o que está acontecendo no Cachoeirinha porque já foi dito e referenciadas as falas. Questiona como a secretaria faz uma solicitação e se apoia de prontuários, que não seus, sem autorização das mulheres. Elas foram questionadas? Qual a comissão que está vendo isso? A secretaria tem ciência e acompanhava o atendimento feito ou desfeito lá no Cachoeirinha. Além da proteção da lei, há uma questão de sigilo. Essas mulheres estão expostas e pergunta a quem interessa expor essas histórias. Há um questionamento para a secretaria fazer. Que informações estão na mesa e na mesa de quem? Quem faz parte dessa comissão? Ou não existe comissão? Agradece pelo espaço de fala.

Manoel Otaviano da Silva, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e

Comunitários: Diante das coisas que o secretário e a prefeitura estão fazendo, diz que não se surpreende, considera o secretário um mentiroso compulsivo. Os conselheiros devem dar encaminhamento para não deixarem essas coisas acontecer. Tomar uma providência enquanto conselho. Considera um absurdo haver retrocesso de mais de 40 anos.

José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais

Categoria Saúde: Considera muito triste fazer essa discussão. E ao mesmo tempo dá uma certa raiva porque uma entidade de saúde acaba com um programa que desde a década de 40 existe. Existe uma legalidade, pois a interrupção da gravidez por estupro ou anencefalia é legal, está no SUS e se está no SUS, a SMS é obrigada a fazer do ponto de vista legal e ético. Além disso, considera um absurdo pegar prontuários médicos, que pertencem às pessoas, às mulheres. Só quem pode pedir é a justiça ou qualquer entidade ou pessoa com autorização do paciente. Então, há duas grandes ilegalidades que precisam de providências, O CMS não pode deixar de se posicionar diante de uma questão dessa natureza. Devem repudiar com veemência e encaminhar isso para o MP para que tome providências. Devem fazer uma resolução repudiando o que a secretaria está fazendo. Pergunta se o que a secretaria está fazendo é em benefício de quem. Será que é uma pauta identitária por querer fazer conchavos políticos com alguns setores que acham que este é o caminho? Ninguém faz algo como isso se não para beneficiar alguém. Para beneficiar a população pobre não é. Nem para beneficiar a população SUS dependente. Tem alguma outra coisa com essa questão. Sua proposta é fazer uma resolução repudiando esse tipo de atitude da SMS e encaminhar para o MP.

Laudicéia Reis Silva dos Santos, Conselheira Suplente representante das Entidades Sindicais

Gerais: Vale lembrar que quando a secretaria resolve suspender um serviço, ela faz isso num período em que não há muito o que se fazer. Faz no dia 19 de dezembro, quando é semana de revezamento da prefeitura, em que todo os órgãos estão de recesso. Parece que é proposital. Precisam lembrar que estão debatendo um tema importante para as mulheres. A gestão Ricardo Nunes e o secretário Zamarco decidiram que vão reduzir o atendimento às mulheres. É isso que têm visto acontecer em São Paulo. No ano passado, fecharam o hospital Vila Santa Catarina com a desculpa de que eles precisam de leitos para oncologia. Acha importante ter leitos para pacientes oncológicos, mas não dá para transformar todos os atendimentos do município de São Paulo em atendimento para Oncologia. Ou será que é um serviço muito lucrativo? Quando se pensa que há um sistema de saúde quase que totalmente entregue às OSS, fica se perguntando se o intuito não é justamente esse. O lucro. E quem está desassistida são mulheres pobres, pretas, mulheres que não têm nada a ver com a dra. Marilande ou com as pessoas que tomam as decisões. Quem toma as decisões sobre os corpos das mulheres são geralmente homens brancos que não sabem o que essas mulheres estão passando. Há um processo em que a violência só aumenta. E pergunta-se por que a SMS está querendo criminalizar um direito das mulheres. Direito de interromper a gestação quando a mulher foi violentada, quando há riscos ou se existe malformação. Parece que o foco mesmo é em relação à violência. Tudo na prefeitura precisa ser registrado. Nenhum agente público, nenhum servidor pode tomar decisões escondidas. Pergunta então, onde estão os dados. As informações dos prontuários. Onde está o pedido da secretaria a cada uma das mulheres que pode ter sido exposta no acesso a seu prontuário.

Como a secretaria vai dar conta de atender essas mulheres desassistidas no município. Quando vão discutir várias questões. A SMS tem que vir aqui responder pelos seus atos.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: Precisam perguntar qual protocolo a SMS está adotando nos seus equipamentos para autorizar esse serviço, porque existe protocolo. E a exigência de boletim de ocorrência não faz parte desse protocolo. Essa não é uma obrigação legal. Precisam também perguntar à SMS o número que ela tem de pessoas que buscam esse serviço no município. O que há de base para ela dizer que existe irregularidade nos serviços que estão sendo adotados? O secretário diz em entrevistas que há irregularidades. Quais são? Há algum documento, algum processo, alguma sindicância interna aberta sobre essas irregularidades? Com base em que a SMS tomou posse desses prontuários, porque isso é uma questão absoluta, porque estão falando sobre legislação, sobre uma infração que pode levar à cassação do CRM da pessoa responsável envolvida. É violação ética. Quer saber quem deu essa autorização e com base em que a SMS tomou essa decisão. Pergunta quem está na direção do hospital hoje. Não viu nomeação no DOC. Foi dito que o antigo diretor foi afastado por supostas irregularidades. Quer saber quem está à frente desse serviço. Quem assumiu e quando. Acha que moção de repúdio frente a essa situação é algo mínimo. Estão falando no mínimo em violação de sigilo profissional. Precisam fazer depois um protocolo com esses dados ao MP pra que seja aberta uma investigação sobre isso. Que seja feita deliberação no próximo pleno do CMS.

Flávia Anuniação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva: Acredita que precisam fazer uma resolução. Nenhum gestor pode decidir em nenhuma instância administrativamente que se viole os dados de quem quer que seja.

Laudicéia Reis Silva dos Santos, Conselheira Suplente representante das Entidades Sindicais Gerais: Acha que devem perguntar à SMS se outros hospitais que fazem esse serviço têm as mesmas equipes treinadas para fazer as interrupções mais avançadas.

Flávia Anuniação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva: Todos já entenderam o processo e coloca em regime de votação os encaminhamentos propostos pelo conselheiro Walter. **Aprovados.** Passa ao próximo ponto de pauta.

Júlio César Caruzzo, Secretário Geral do CMSSP: Aprovar *ad referendum* a comissão organizadora e as subcomissões da I Conferência Municipal de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde de São Paulo, etapa da IV Conferência Estadual e da IV Conferência Nacional. Também existe a proposta de prorrogação do mandato do CMS, tendo em vista que não há condições de se realizar a Conferência em abril.

Benedito Alves de Souza, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Justamente o que eu estou continuando, se eu fui eleito delegado, foi homologado numa conferência independente de eu estar ou não conselheiro de eu estar ou não presidente eu estar ou não em algum espaço eu fui eleito, passou pelo processo, tá? Benedito Alves de Souza tal foi eleito para a próxima etapa, numa na conferência todo mundo aqui participa de conferência. Vamos dizer para vocês aqui que vocês são, não é marinheiro de primeira viagem, por favor, se eu fui homologado, está garantido a mim a vaga, OK, obrigado.

Flávia Anuniação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva: OK, espera aí, ó, tem gente inscrita, eu vou respeitar as inscrições, inclusive de quem reescreveu agora eu posso pedir uma gentileza? A gente não retornar no tema que acabou desandando aqui, tá bom? Vou pedir que a gente se respeite e que a Marilda, com as conversas paralelas, a Marilda, também vá se sentar ali na salinha, tá bom? Fabio, é você?

Fábio Henrique Salles, Assessor de Gestão Participativa da SMS: Falar rapidamente, depois vou passar para o Júlio, que é importante, não é? Entendo a questão do, da fala do Benê. Só que a gente precisa entender que o conselheiro aqui ele está representando. O delegado está representando o conselho, ele pode ir como delegado, mas ele não vai mais representar o conselho que tem um outro que vai entrar no lugar. A dificuldade que a gente tem e só se for aprovado, falando por esse pleno e mesmo assim, quem vai entrar. Vai querer. Vai ser uma confusão gigantesca, porque 70% desse conselho não pode ser reconduzido, então vamos perder 70% desse conselho. É a confusão que nós vamos ter é a seguinte, quem assume, assume já na metade do processo. Não está nem sabendo o que está acontecendo, então essa vai ser a nossa dificuldade, porque até quem está aqui é o processo é muito doloroso. Imagina alguém pegar um negócio com o barco, jamais caminhando. Então é essa nossa preocupação é é. E o Benê? Está correto nessa fala, mas na questão da representação do conselho já não tem, não tem representação atividade no conselho nenhum. Ele vai ser delegado, mas ele não tem representado representação do conselho. E aí nós temos um outro problema, por que o conselho que está no processo e aí a gente vai e aí a confusão está gerando generalizada quem vai representar o conselho? Obrigado, obrigado, senhores. Júlio.

Flávia Anunciação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva: OK, obrigado, espera aí, ó. Eu combinei com o julho. Ele vai falar por último, tá? O André, que tinha pedido para o André, tinha pedido pra falar e tudo bem. Também estou fazendo um apelo ao conselheiro André para a gente baixar os ânimos, tá bom? Por que agora que vocês estão falando que a gente começa a entender por que eu também não sabia desse processo? Sou conselheira, Benê, mas também estava em dúvida do de como é que ia se desenrolar tudo isso.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: está o que eu disse foi que para ser delegado nato, são os conselheiros os conselheiros municipais. Veja, é o que diz no nosso regimento nosso processo de conferência. Desde quando esse conselho surgiu? O conselheiro municipal, para ser delegado nato, ele precisa passar numa pré-conferência, não é isso? OK, nós teremos pré-conferências, OK, mas nós não somos eleitos delegados nas pré-conferências. Por quê? Porque o requisito do conselheiro municipal é participar da pré conferência, isso significa que, a partir do momento em que há a substituição do conselho, aquele conselheiro que outrora tinha a condição de participar como delegado nato, não tem mais, porque ele não é mais conselheiro municipal. Agora, todo aquele que já sabendo disso quiser participar do processo no seu território e se lançar candidato a ser delegado, OK, foi isso que eu disse. O que eu disse é o conselheiro municipal não poderá ser nato a partir do momento em que ele deixar de ser conselheiro, como ele também não poderá participar da comissão organizadora, como ele também não poderá participar da comissão de credenciamento e homologação, como ele também não poderá participar da da comissão de infraestrutura e Acessibilidade. E assim por diante. E é por isso, pensando na participação de todos nós, que estamos aqui e que nos envolveremos no processo para a construção destas 2 conferências é que eu estou propondo a prorrogação do mandato para que você que vai sair, porque você já tem 2, mandatos e não pode, não chegue no momento e seja obstruído de participar. Se você não foi eleito delegado no seu território, na sua pré-conferência, OK?

Flávia Anunciação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva: É, a gente tem inscrições. Eu vou deixar o Júlio para falar por último, está bom, que é o nosso universitário mor é, a gente tem no chat. Acho que a Erica, depois a Ivonildes. Erika.

Erica Tié Miai, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Oi, boa tarde, pessoal. Eu peço licença para registrar o fato que aconteceu comigo na Conferência Municipal. Eu fui eleita conselheira local pelo segmento usuário de uma AMA 24 horas da região Sudeste, mas, como sou servidora aposentada, fui "obrigada" a renunciar conforme orientação da AGP da STS. Eu nunca omiti a minha condição de aposentada da saúde, participei de todo o processo para eleição de conselheiras(os)

da Unidade, fui eleita, empossada e, participei de todo o processo da pré conferência, onde fui eleita delegada para a Conferência Municipal. Como fui obrigada a renunciar da minha vaga de Conselheira da AMA, minha suplente ocupou a vaga de Delegada para a Conferência Municipal. Fiz esse relato, pois entendo que é necessário esclarecer o que aconteceu, pois pode abrir precedente para que outras pessoas se sintam humilhadas e injustiçadas. Eu decidi não arrumar confusão na ocasião. Até poderia, mas abri mão, em favor da minha suplente. Mas, é uma questão complexa, uma vez que a AGP da STS me informou que eu só poderia representar o segmento Trabalhador. E a gente tem que realmente discutir e esclarecer porque estamos num momento que antecede o processo eleitoral de novos membros do Conselho Municipal. Obrigada!

Flávia Anuniação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva: Obrigada, Erica. Ivonildes.

Ivonildes Ferreira da Silva, Conselheira Conselheira Suplente representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Boa tarde a todos, todos me ouvem. Vocês estão me ouvindo? Sim. Há que bom, então é mediante essa fala do Benê e do nosso menino eu esqueci o nome agora. É verídico. Eu estou em conferências há muito tempo, e posso dizer claramente que se o mandato foi encerrado, todos os que estão saindo vai perder o nato. É o que o André diz. É muito claro, então. Assim se encerrar o mandato, que eu acho muito sério, encerrar o mandato com uma conferência em andamento. Mas sim serrar, pode esquecer o nato e todos os conselheiros que saíram. Terá que disputar a sua vaga na conferência nas pressas. Conferência. Então é isso que eu gostaria de ajudar. O Benê e o André nas suas falas, muito obrigado.

Flávia Anuniação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva: Obrigada, Ivonildes. Júlio. A lá que a desculpa Alex, eu escrevi seu nome aqui já é fala você, Alex.

Alex Ricardo Fonseca, Conselheiro Suplente representante das Centrais Sindicais: Quase eu não falo porque primeiro eu estou absorvendo bem a as questões aqui, mas é assim, é só para a gente tentar e caminhar um pouco. É, aí eu vou perguntar um pouco para o Walter, um pouco pro André, que eles sempre têm essa questão do regimento? Estatuto qual é o prejuízo que se tem numa extensão de mandato? Não é que eu acho que talvez esteja aí o problema. Não é que aí vocês têm de mandato, nós sabemos que tem companheiras e companheiros que estão se encaminhando para estadual para ver se não vai ter algum prejuízo nos também. Então eu acho que é isso. A nossa preocupação não é porque eu estava conversando com Alex, né? Que deve ter chamado de Navarro quando eu tiver para não dar choque assim, né? Se não há prejuízo para esses companheiros e essas companheiras que estão indo para estadual, não é porque às vezes pode ter alguma complicação, algum choque, alguma coisa, e eu, como eu também estou chegando, eu estou no meu primeiro mandato. Finalizando, ainda estou na suplência, né? Então, é. É mais ou menos isso só para a gente não ter nenhum, nenhum resquício. Falar não, não se atentou a isso. Talvez o maior prejuízo, se houver, é na extensão do mandato.

Flávia Anuniação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva: Bom, é, então eu. Eu vou. Vou fazer pergunta já que e questionado, né? Porque se nós estendemos o mandato por mais 2 meses, significa que a próxima etapa da conferência estadual estaremos fora. Isso é o momento e quer dizer então de que vantagem tem, adianta é prorrogar o mandato por mais 2 meses. Qual que é a sua proposta? Mas não tem calma, vou chegar até lá. Se tem uma proposição como foi pensado, falado pela companheira Ivonildes e ao pensamento geral das pessoas, a extensão do mandato, o senhor tem que ser por mais 2 meses e sim, até a conferência nacional. Porque se não, você vai estancar o processo, vai fazer a conferência e você para aqui, entendeu? Porque aí a fala que houve aqui, geral, se eu não estou na conta, se eu não estou feliz, se eu não estou conselheiro, eu não posso se apresentar esse município, essa minha é esse o meu pelas falas da Ivonildes que eu entendi, pode ser que eu, o mundo mudou, as pessoas mudaram depois da COVID muitas pessoas, 67% da população do mundo está com problema saúde mental, então tem

uma série de condições, estender o mandato para estender para fazer a conferência municipal é dar um tiro no meio da testa em algum outro lugar.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: Também vou. Houve fazer diferentes qualquer entendimento. O melhor para o Júlio, que acho que a pessoa que entende mais tudo isso, eu vou pessoalmente dizer que, né? Eu. Eu acho que é especialmente vantajoso. Eu consigo entender. Especialmente vantajosa decisão de estender, né? Até a etapa municipal, no mínimo, porque a gente precisa garantir que a conferência aconteça, né? Porque a gente vai estar dentro das comissões. É. É o que o trabalho não vai se encerrar, mas pelo menos vai garantir que a conferência municipal contexto sem grandes problemas, né? A gente continua com o trabalho de entrega de relatório. Isso pode até ser repassado entre aspas, não é? Mas acho que a gente consegue fazer e acho que essa é a principal questão, a garantia de que a etapa municipal ela aconteça sem problemas, né? Porque a gente precisa, de qualquer forma, enviar para o estado delegados que não compõem só o conselho municipal. Então, é fundamental que a comprei estado a municipal. Ela aconteça com precisão e nesse sentido eu digo assim, acho o maior prejuízo possa ser daquelas entidades que hoje não estão representadas no conselho e por geralmente, podem ficar desgostosas em dizer, né? Ao Walter encostado ali quer virar ditador. Não quer mais sair do conselho, mas eu diria que acho que é compreensível. Não é que é um lapso menor e óbvio. O prazo de mandato vai ser respeitado da outra gestão que for eleito, terá o prazo normal de mandato. Eu acho que é compreensível assim, e acho que daí não faria sentido a gente estender mesmo até a fase nacional, porque senão a gente vai ter outra conferência que vai ter que pular e outra conferência, outra conferência.

Júlio César Caruzzo, Secretário Geral do CMSSP: É pessoal, acho que assim acho que a gente pensou aqui na, na gestão, conversou e acho que uma proposta coerente é de 3 meses, sendo que o processo de eleição aconteça no mês de julho, a gente sabe que julho vai ter a conferência estadual, mas assim a Posse não precisa. A Posse pode ser no início de agosto. Assim, gente, vai fazer até para garantir que os conselheiros municipais participem da estadual, porque assim o o conselheiro, delegado nato, vai ser é. Participou da? Da pré foi para municipal, aí na municipal. Os conselheiros vão ser eleitos, vão participar da estadual na estadual. Geralmente, se é eleitos delegados que vão para nacional a partir do momento que foi eleito na estadual, ele o deixou sendo ou não sendo mais conselheira, ele vai para o nacional porque não vai ter interrupção do trabalho. Ele foi eleito delegado na conferência estadual, então. Então ele vai ter garantida a participação na estadual e na estadual. Ele participou do processo de indicação para participar da nacional. Então, mesmo que que tome Posse no começo de agosto, o outro conselho, ele. Ele foi eleito na conferência e não tem, não tem prejuízo. Então, acho que 3 meses é. É um tempo justo até o final, né? A gente pode colocar até é. É o final da confere até a realização da conferência estadual de saúde. Acho que Julho – mês 7. Há Fatima não dá. Não, não, não, gente precisa parar com isso. É Julho e acabou. O processo é esse, para que o outro conselho possa assumir. E aí começar a tocar os trabalhos para a conferência de saúde do trabalhador que. Novembro, mas o saiu uma resolução hoje prorrogando até dezembro, dezembro, as municipais. Então, acho que 3 meses é justo e democrático, pronto.

Flávia Anunciação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva: Perfeito. André, ó, vai rapidinho.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Acho que o Júlio foi muito feliz nessa explicação, porque apenas 90 dias, porque os delegados para a conferência municipal são eleitos nas pré e os conselheiros municipais, que são conselheiros natos. Quando a gente chega na conferência municipal, a gente vai se juntar de novo e eleger os delegados para a estadual. Então acabou, não tem? Não tem mais isso, né? E aí a gente, e aí a etapa estadual, não é mais responsabilidade do conselho municipal, é responsabilidade do conselho estadual. Aí, acabou aí a gente vai lá e segue aquela outra regrinha que está lá, está pelo conselho nacional, não é? Garantir maior pluralidade, garantir maior diversidade, garantir que as pessoas que não participaram de nenhuma conferência tenham a oportunidade de ir para que a gente não tenha novamente o Ministério Público em cima do conselho municipal, porque foram dizer é que a distribuição das vagas

para o conselho, pra, pra, para a delegação estadual não foi respeitada. Tinha que ter uma resposta nesse pleno hoje, né?

Flávia Anuniação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais

Gerais e Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva: Pessoal, então a gente é isso. Não é que estão em regime de votação. Podemos colocar, está todo mundo esclarecido. Colocamos em regime de votação a prorrogação. Não é isso do mandato do atual, desse conselho por até 90 dias desse. E se a gente precisar, a gente reexamina, está certo? Então é isso, fechou? Prorrogação do mandato dos atuais conselheiros por 90 dias corridos se houver necessidade, a gente reavalia. Pode ser assim, pode ser assim. Regime de votação os conselheiros que concordam com a proposta mantenham-se como estão os conselheiros contrários abstenções. Aprovado próximo ponto.

Júlio César Caruzzo, Secretário Geral do CMSSP: Próxima pauta devolutiva da reunião no Ministério público sobre o processo de eleição / indicação de representantes para o conselho municipal de saúde.

Flávia Anuniação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais

Gerais e Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva: Walter, inscrições, vamos lá, gente último teu último tema não é André, Adriana, A sugestão é que o Júlio contextualize o que é o que a gente estava fazendo lá e o que foi dito. A partir daí, a gente abre as inscrições, tá certo? E a primeira inscrição é do Walter. Porque é parte importante, porque construiu um documento tá certo, vamos lá.

Júlio César Caruzzo, Secretário Geral do CMSSP: Gente eu quero lembrar aqui que no dia 15 de dezembro eu recebi um WhatsApp do doutor Arthur Promotor Público dizendo a respeito do processo de eleição do conselho municipal de saúde e ele, né, pedindo para que o conselho municipal de saúde pudesse é suspender uma votação naquela data. Alguma coisa, porque teria uma reunião no dia 19 de dezembro no Ministério público, não é? E tratar do assunto, essa questão passou em plenária que foi lido depois do documento que ele encaminhou ao conselho solicitando essa reunião. Na mesma data, foi aprovado a realização é do processo de eleição do conselho municipal de saúde, no período de abril. E eu encaminhei para ele. O documento aprovado pelo conselho não é. Tratei com ele, falei, doutor, documento foi aprovado, mas o é, mas o conselho é vai participar dessa reunião no dia 19 de dezembro e ele até disse que foi uma boa iniciativa do conselho, não é aprovar e aí nessa reunião do dia 19? Mas assim ele apresentou um documento de uma entidade do Butantã com alguns questionamentos em relação ao regimento eleitoral. São 4 questões, 4 pontos, não é e inclusive a gente, eu, Walter, Walter, colocou algumas situações lá. A respeito do regimento é que ele vai poder falar posteriormente e. Que se colocasse no pleno do conselho para discussão se seria suas propostas seriam ou não viáveis. E assim eu tenho questionamento que o documento apresentado lá não foi um documento enviado para o conselho municipal oficialmente. Assim, eu acho que pode se discutir essa questão pode? Depois Rubens pode falar assim, gente recebeu e ficou de tratar. Ficamos de tratar esses 4 pontos aqui aí. É Walter pode se manifestar, Rubens, a Flavia, Adriana que estiveram na reunião, em resumo, foi isso. É alguém quem está inscrito, Walter.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: É obrigado, gente. Eu agradeço pela contextualização, né? A gente foi lá na.

Neessa reunião, não, eu sei que nem todo mundo foi, mas todas as conselheiras e conselheiros foram convidados a estarem presentes lá na reunião. É? Os já eu vou dizer, eu li, né? Todas as propostas. É, eu pessoalmente acho que nenhuma delas traz pertinência e acho que a gente, eu pessoalmente, é, é que a não sei assim quanto cada considera que sabe, mas a gente já tem um com um conflito que já vem desde a época da conferência. É, eu acho que a situação precisa ser resolvida, não é por bem ou mal, é. E aqui eu vou resgatar uma questão que eu já pontuei, né? É na época que a gente estava discutindo sobre o regulamento para o próximo pleito eleitoral. É, eu acho que o conselho ele fez o que é possível para permitir a entrada oxigenação de novas entidades e novos grupos dentro de sua, do seu quadro, não é? Acho grande empecilho que existe. Na verdade, é uma norma que foge ao escopo do conselho, né? Que diz que as entidades para concorrerem ao pleito no conselho, precisam ser fundada um ano antes dessa

resolução, que foi feito por um secretário, secretário de saúde. Então acho que hoje eu sou advogado. Memória, daí com o número é horrível, mas A Entidade teria que ter 13 anos. Acho isso é muito tempo. A gente sabe que a tendência de identidades é que elas sumam, e não que elas apareçam com o tempo. Não é quando você fala, olha, você tem que ter 13 anos, então eu acho que isso traz uma falta de oxigenação no conselho, mas aí não compete a nós mudar essa norma. A gente pode pedir, pedir, pedir, mas quem faz isso? Só secretário. É, e o conselho buscou, não é dentro do seu pleito eleitoral buscar o mais eu, no meu entendimento, pelo menos não sou aceito. Estava divergência que houvesse a maior possibilidade dentro das regras de apostas de participação de entidades. Participação social, né? Inclusive é. Vou até pontuar que a gente fez questão de garantir que entidades constituídas, juridicamente ou não, desde que obedeçam a essa regra das 13 anos, possam participar do pleito. Luta eleitoral, que era algo que não estava explícito, é explícito antes é e sempre ficava uma discussão, tipo, a empresa precisa? Essa entidade prestar constituída ou não, né? Se ela provar que ela está organizada há 13 anos. SUS essa comissão eleitoral que vai avaliar isso. Não sou eu, inclusive não sou nem membro da comissão eleitoral, então é eu. Eu bom hidratar ali com o papel, mas eu vou. Eu vou falar aqui, eu acho que as propostas que vieram, acho que elas são muito Nobres, mas elas não nos agregam. Um signo de Sandra, você pode passar o papel. Quais foram as 4 propostas? A primeira proposta seria uma alteração do artigo sexto para que as conferem as plenárias regionais fossem. Realizadas em mais de um local, né? É, eu acho que há um espírito nobre, porque eu entendo que que uma plenária regional pode escutar em São Paulo AA as pessoas cheguem até o local. Só que a gente tem um problema prático com isso. Se a gente tiver várias plenárias, como a gente vai garantir que as pessoas estejam ou votem? Só uma vez nossas plenárias, não é porque não tem como a gente garantir que o Walter não vai na plenária a corra para a plenária b corra para a plenária. Podem falar, é tudo muito longe, mas é possível, então é justo, né? Como a gente, porque vou voltar aqui. É essa formação, esse processo de votação. Como ele não é eletrônico, a gente não tem registro. É mais fácil que faça apenas um local de votação. Eu sei que isso causa, né? Um trabalho, algumas coisas vão precisar se deslocar. É, mas eu confesso que não vejo. É como ajudaria essa possibilidade que houvesse mais uma plenária em cada região. Não é correndo o risco de pessoas possam votar mais de uma vez? A segunda proposta de votação era que serão. Eu não entendi essa segunda proposta aqui. Só um segundo aqui, gente que eu não estou entendendo, o qual que era a que Leno, a todas as plenárias serão realizados dia 3 de abril, em locais definidos pelos respectivos. Mas eu aqui, a aqui tá falando? Olha, a segunda proposta fala que no caso das plenárias, é a os movimentos populares deverão criar uma comissão organizadora por região, né? Por com representantes de movimentos interessados em participar do pleito. É o nosso regimento interno, ele já já define isso, né? Ele já define como vai, vai acontecer essa eleição e a gente não pode. Então, daí por esse edital mudar o que o nosso regimento interno já disse sobre isso, então não acho que tem fundamento essa proposta de alteração também é. E se for desejo de vocês, a gente faz o resgate do regimento interno, que foi aprovado em dezembro. Ele já fala, inclusive, que a comissão eleitoral, ela precisa mandar pessoas lá para acompanhar isso tudo. Então é. Não faz sentido que a gente cria uma organização. Se o regimento interno do conselho já disse como isso vai acontecer? O terceiro, o terceiro. A proposta de mudança aqui é uma mudança que, para mim, também não faz sentido, não é? E não faz sentido, porque assim eu posso ter entendido errado, mas ela diz é que as entidades que já participaram de alguma forma do pleito eleitoral elas deveriam estar automaticamente. É aceita pra esse novo pleito e não, não deveriam passar, né? Por um processo de de habilitação. É, é, qual que é o problema para mim? Eu acho que isso, na verdade, não é eu. Eu vejo isso como uma forma não democrática, por quê? Porque isso vai fazer isso vai, vai só consolidar uma reserva de vagas e a gente está dizendo, não é o contrário. A gente sabe que existe uma barreira. Já a gente quer tentar romper essa Barreira dentro do que é possível da gente dizer que todas as entidades vão ser automaticamente é aprovada. Se eu acho que é um absurdo, é as entidades, elas vão ser é, vão ser inscritas, vão ser avaliadas pela comissão eleitoral. Esses nossos colegas são integrantes da comissão eleitoral. Eu preciso confiar na transparência dos meus colegas que estão Na Na comissão eleitoral, né? E eu se i. Tá demais, a gente dá. Diz que foi recusada. Ela vai ter possibilidade de apresentar recurso para o colegiado pleno do conselho. Nós, então eu não vejo necessidade de dizer, olha, está todo mundo aprovado. Quem já participou? Eu acho que isso cria, na verdade uma sedimentação e não democrata, não democrática, né? E a última proposta de modificação que foi feita não é e que eu também discordo, era para fazer com que a as plenárias regionais, o todas as plenárias, mas

foram citados nas plenárias específicas regionais, elas fossem limitadas a territorialização. Ou seja, só posso participar e votar na plenária da zona sul. Se eu moro na zona sul, né? E óbvio que a gente tem uma questão do princípio do terror, território e territorialização do SUS. Só que eu acho que a gente tem que observar um princípio maior, que é o princípio da universalização do SUS, né? Um princípio em que todas as pessoas devem ser atendidas no SUS. O território, é óbvio, é uma estrutura, é uma base fundamental. Quando a gente fala da organização do SUS, só que o que a gente não pode, né? Usar essa limitação territorial como uma limitação de acesso e da gente pra entender algumas realidades, pelo menos na minha perspectiva, não é. Não é mentira, é uma realidade que muitas pessoas buscam acesso à saúde fora dos seus territórios por motivos diversos, não é? E isso precisa ser respeitado. A gente precisa garantir que as pessoas cheguem a essas plenárias e participem quando elas entenderem onde é o local mais adequado para que elas participem, né? Se ela entende mesmo morando Na Na plenária da região, ela mora no sul, mas ela entende que a participação na plenária da região norte vai trazer um benefício mais direto para a participação dela. É justo que ela participe, inclusive, né? Volto aqui. As normativas que a gente tem das conferências, mesmo distritais, que não impedem que nenhuma pessoa possa participar, desde que tenha entrado para habilitação da conferência regional, ela pode participar, né? E não faz sentido para mim nesse sentido, criar um obstáculo da universalização do SUS, com base na territorialização e regionalização aqui é e essas são sugestões que eu faço. Assim, um resumo para que a gente responda, porque eu acho que o mais adequado é que o colegiado pleno, como foi dito lá na reunião, ele tem uma conversa sobre esse diálogo e mande um retorno, uma devolutiva sobre as propostas trazidas. Então eu peço desculpa por ter me alongado, mas é isso.

Adriana Ramos Costa Mateus, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde

Sudeste: Que eu que eu entendi, é dessa conversa no Ministério público e o doutor Arthur deixou claro que ele estava convidando o pleno do conselho e toda vez que ele manda uma convocação é para o pleno, né? Então porque eu mesma fui uma aqui, perguntei, mas quem foram as pessoas diante daquele pleno que foi tratado? Trazido o assunto é quem eram as pessoas que participaram de uma primeira conversa, porque a gente tinha que saber. E aí ele deu essa resposta num outro momento, é, as pessoas já trouxeram um documento pronto, porque eu achei que o assunto que ia ser tratado era, inclusive, acho que foi o André que colocou no grupo. Depois da reunião, as informações e o Benê também mandou. É a ata da dessa primeira reunião do dia 29. Eu achei que o assunto era esse. E aí o assunto era o processo eleitoral do conselho. Eu mesmo? Eu fiz um questionamento, como que as pessoas tiveram já acesso a esse documento daquelas pessoas que estavam trazendo a sua demanda? Porque era um grupo fórum popular e assembleia popular e a vaga em jogo nessa discussão que eu entendi é a 6 cadeiras do movimento popular de saúde, ontem, no próprio decreto 53 390. Está bem claro que a vaga é dos movimentos e aí a gente deu a entender também por que na conversa o doutor Arthur dava a entender que aqueles representantes eram do próprio movimento. E aí a pergunta foi não eu. Pelo menos eu nunca vi as pessoas presente na reunião da um. Pizzi entende que ali é uma briga, uma disputa do território, aquela a qual aquelas pessoas é, estavam lá representando com o intuito de querer participar de todo o processo, né? Mas que é uma questão lá de território, porque eu vou trazer como exemplo novamente o movimento popular de saúde. A qual a gente já conversou na comissão várias vezes, já me posicionei. É quando é feito qualquer discussão e quando o processo está pronto, do próprio conselho municipal, a qual participei de 2 mandato a SUDESTE chama com é dando publicidade, sentindo critérios. Da própria entidade, a qual a gente representa aquela união dos movimentos populares a um PSI? Porque ele estava entendendo o que era. Representantes do próprio movimento. Então não precisa ficar claro. A gente entende que aqui no regulamento não está dizendo a UMPS e sim os movimentos. Eles se reúnem, ele faz as plenárias, ele faz chamamento, tem de tornar muito público, inclusive em reuniões dos conselhos gestores da SUDESTE a gente torna muito público. E no dia quem está presente participa. Se tiver pessoas que queiram participar e levanta a mão pra esse processo, a quem estiver conduzindo os trabalhos, ela ler esse documento segue os critérios, porque tem critério da nossa participação, inclusive pela nossa, pela entidade, que a gente segue aqui. Conforme o regulamento do próprio conselho da do processo eleitoral. E a gente se dá andamento para que não tenha de dizer depois, aí eu não posso, eu não. Eu. Aquele não pode e a gente não faz ingerência e nenhum território, inclusive lá no próprio decreto. Ele diz que o as vagas do movimento popular de saúde são a nível regional, então é por território, então.

Inclusive o doutor Arthur falou que IA encaminhar para o conselho municipal a gravação dessa reunião. Pergunto, chegou para que chegue para nós também? E aqueles que não participaram saber do que se tratou, OK, é isso,

Flávia Anunciação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva: Tá bom, Adriana, obrigado. A gente tem uma inscrição no chat, seu Santana. O senhor tem 3 minutos, está bom? Aí só vou pedir para a gente ficar dentro do tema, está bom? Já dizendo que o senhor Santana estava nessa reunião lá no MP, tá bom, seu Santana ficar dentro do tema? A gente tentar aqui não polemizar mais. Ouvir o senhor está bom.

O convidado, Santana: Boa tarde a todos e todos. Eu acho que tem que ser alguma coisa. Algumas questões que têm que ser esclarecida é, as alterações propostas, tá certo? Ela não, primeiro ponto que ela não fere o regimento interno do conselho é municipal, de saúde. Essa é a primeira premissa que a gente tem que colocar, ao contrário do que foi dito, ela amplia a participação da população. É, é no processo eleitoral, então eu vou pegar alguns pontos. É claro que em 3 minutos eu não vou poder discorrer sobre tudo. Eu gostaria de ter mais tempo pra gente fazer é dialogar sobre isso, tá? Mas evidentemente, eu vou pegar alguns pontos. É quando a gente fala é que tem que criar comissões locais, tá certo? O que é que nós estamos dizendo é algo que já foi aí que já aconteceu. Está nos 2 últimos pleitos e eu fui é candidato. A gente fez uma comissão eleitoral, é submetida à comissão eleitoral do conselho municipal. Que elaborou que processou. Que organizou todo o processo eleitoral, tá certo? Mas isso não quer dizer que esta comissão tenha poderes de alterar regimento, etc. Nada disso está, mas ela. Ela tem a função específica de organizar o processo localmente, porque nós sabemos que é um processo difícil de ser organizado e que o conselho municipal não consegue. É é dado a quantidade de membros que tem representantes dos usuários, está em todo local ao mesmo tempo. Portanto, as comissões, com representantes paritários das chapas que o é concorre, não os candidatos, mas com representações das chapas que organiza o processo é outra questão que a gente coloca é quando se fala da regionalização e aí eu quero dialogar com o companheiro.

Nós estamos falando da regionalização. Conforme o decreto 53 990, ou seja, é, os eleitores elegeram por região, tá? Nós estamos falando aqui que as representações são das 6 regiões, portanto, não cabe essa discussão do surgia, disseram não por que a representação de e de cada região Oeste tem sua representação. A região sul tem sua representação. Portanto, dizer que o eleitor de uma outra região pode votar numa região da zona sul, votar na zona Oeste. Isso não cabe, né? No discurso que foi feito aqui com relação ao SUS, né? Porque o decreto 53 990 ele diz claramente que vai ser a representação é por região, por isso tem a 6 cadeiras. É outra questão que a gente coloca, e isso é claro e evidente. Se a representação é da zona Oeste e a gente tem que primar, primar por ter para que o voto seja efetivo, real, a gente vai ter que ter AA identificação desse voto. Ora, se é por região, portanto, se não pode de uma região votar na outra região, a gente vai ter que ter alguma premissa. Qual que é? Esta é importante. Isso já foi feito em todas as eleições importantes. Apresenta se o título eleitoral, a zona eleitoral, determina com clareza esse aquele eleitor é daquela região ou não? Uma outra questão que está é que foi colocada aqui e eu acho que AAO olhar que os que o conselho municipal tem é justamente para a oxigenação do conselho. Então, quando a gente falou que as entidades que participaram notem, é eu acho que a leitura do companheiro não foi precisa, está? A gente tá dizendo o seguinte, que as representações da zona Oeste devem seguir com clareza a regionalização da Secretaria municipal de saúde, ou seja, Perus é zona norte, não é zona Oeste e nas 2 últimas eleições eles votaram na zona Oeste. Nós estamos pedindo que respeite à regionalização da Secretaria municipal de saúde e esta questão, e aí eu quero pegar neste ponto importante das comissões locais nas 2 últimas eleições na zona Oeste, eu Gimenez está presente. Ele pode confirmar isso? O senhor Luiz da UMPS, tá a nós, fizemos é esta comissão, essa comissão trabalhou arduamente para fazer AO processo eleitoral. Isso não interferiu, estou concluindo, querida. Isso não interferiu em nada no regimento interno, está certo? Agora é preciso que a gente tenha essa. Esses pontos são cruciais para que o, conselho municipal de saúde se oxigene zen porque, notem a gente aceitar, por exemplo, da forma que foi que está colocado. Se um trabalhador quiser votar no a no segmento usuário, ele vai poder e isto taxativamente não é possível, porque são segmentos que são representados no conselho municipal de saúde. Então, as propostas que a gente coloca eu gostaria e

pediria que este é. SMS, até por conta da resolução anterior, que aí a gente precisa ver judicialmente. Como isso vai ocorrer? Porque é um regimento interno, está alterando uma lei e um decreto que estabelece que o processo de 2 anos vou construir é, então eu acho que é como a gente tem essa resolução de ter. Aí eu vou pedir para o senhor encaminhar para concluir, tá bom, seu Santana? É alterado. E o mandato e a eleição vai ser em julho que não se de se, de se hoje, e que a gente continuasse num processo de diálogo para a gente conseguir fazer um regimento interno mais amplo, mais democrático possível. E não estou dizendo que este não é democrático, mas o mais democrático possível que a gente continuasse com esse diálogo, chamando os movimentos populares para fazer seus esclarecimentos. Muito obrigado, queridos e queridas.

Flávia Anuniação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva:

Ok. Então deixa eu só justificar aqui, ó. Eu disse que eram 3 minutos para cada um de nós. O seu Santana estava na reunião do MP. Ele é parte interessada. E aí eu acho que é importante a gente permitir a ele contraditar os pontos que ele discorda daquilo que o Walter Mastelaro colocou, por isso que eu ampliei o tempo do seu Santana, tá certo? Eu fiquei. Ficou esclarecido porque ele falou mais do que 3 minutos, OK? Então seguimos a próxima inscrição. É do André.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e

Comunitários: Obrigado, é eu. Eu não tenho divergência com posicionamento emanado pelo Walter. É no todo, em apenas em 1%. É porque a gente é. É Santana e todos que estão nos assistindo e acompanhando aqui presencialmente. Essa foi uma discussão que a gente fez muito incansavelmente e eu, o Walter e o Rubens, quando a gente estava construindo do com o nosso regimento, que era na minha, na minha opinião, pra mim a gente precisava desenhar um pouco mais. O que é movimento popular de saúde? O que é movimento social e comunitário? É pra gente compreender esse processo. Movimento é todo e qualquer ajuntamento de pessoas. Isso é um movimento, é, é importante a gente dizer. É óbvio que assim é. É, não tenho nada contra um, mas eu sempre digo isso, a cadeira, as cadeiras dos movimentos populares de saúde não são da UMPS, assim como as cadeiras do social e comunitário não é da FACESP não é da CMP não é da UBM, não é da Unegro, são de todo e qualquer entidade que, cumprido os requisitos estabelecidos na lei. Tem interesse de discutir uma saúde muito mais plural e diversa. Ponto. Então por isso que eu concordo com Walter, de que não há necessidade, talvez a gente reformular o nosso documento agora eu concordo com aqueles que, assim como eu, acreditam que a gente precisa disseminar melhor o que é que está estabelecido na legislação do que se diz respeito a movimentos, seja os populares de saúde, sejam social e comunitário, para que a gente rompa com com, com qualquer tipo de tentativa, seja do social e comunitário, de manutenção perpétua, impossibilitando que outros movimentos que outras pessoas sentem na cadeira, que não é dos que não é da FACESP hoje. Eu represento a FACESP, que não é da FACESP, que não é das MP. O Manoel já foi que O? Manoel representa a CMP aqui nesse conselho ou de todos os outros movimentos que fazem parte do social comunitário. Dito isso, eu tenho apenas uma consideração que eu acho que dentro do que o Walter disse, é com relação a compreender que a votação deveria ser pela universalização e não pelo território. Territorialidade, territorialização e aí se a gente seguir por um caminho da territorialização, esta deve ser feita com base na divisão territorial da saúde, que é aquela que compreende as coordenadorias regionais de saúde. Bom, agora para concluir, se nós formos para o quesito da universalização, aí nós precisamos colocar uma trava para que seja vedado que o mesmo eleitor vote em 2 plenárias. É porque isso pode acontecer. Eu não sei. De repente isso acontece, mas que o que o eleitor seja impedido de votar em mais de uma plenária se ele escolheu votar na zona sul, por que ele acredita que lá na zona sul precisa de mais? E ele. Ele não pode votar lá na região sudeste, não pode votar na região central, porque aí não é universalização. Aí, o que existe é a tentativa de influenciar o processo eleitoral dentro do território. Tomei um encaminhamento, é se acordarmos aqui, que é pela universalização, tem uma trava. Agora, se for pela territorialidade. Territorialização que esta seja feito com base na divisão da Secretaria municipal de saúde, compreendendo as supervisões dentro de cada CRS. Obrigado.

Benedito Alves de Souza, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde

Centro: Passar a palavra para o companheiro Tarcísio Geraldo faria, por favor, muito obrigado.

O convidado, Tarcísio: Boa tarde a todos, de todos. É. Eu sou. Estou atualmente coordenador do movimento popular de saúde do centro que nós, reu, Benê e outros companheiros. Aqui, fundamos em 2004. Portanto, estamos fazendo 20 anos, não é? E desde então, já vinha antes sem ser caracterizado como movimento. A gente já vinha antes com representação aqui no concelho, né? Mas a partir de 2004, formalmente como conselho popular de saúde do centro, e a gente tem um como centro, tem uma vindo da zona leste e tem uma diferença em relação à zona leste, não é? E acho que a maioria das regiões. É, a gente cria um critério e foi aceito. A Marilda é nossa AGP. Lá na Coordenadoria de saúde do centro não é e sempre foi assim, desde a época do Nivaldo, quando você chegou lá, não é? E disse, fique, foi assim que é o seguinte, é o SUS é universal, ninguém discute. Em sendo universal, como é que o caracterizou o direito do usuário representar onde? Ele bem quiser, tem um único jeito que a gente faz desde 1900 e bolinha antes de ser nosso movimento popular e sempre, desde que o momento popular a pessoa tem que comprar, comprovar a referência numa unidade de saúde do território, ainda que ele não more embora no centro, então, tentando mudar essa regra do jogo, colocando que é obrigatório morar e não e não ter referência, pega um exemplo para vocês saberem como é que funciona essas coisas há 2 exemplos. Exemplos, companheiro Benê, que hoje nos representa aqui do centro, não mora no centro, sempre trabalhou aqui no centro e a referência dele era primeiro a UBS Santa Cecília quando tinha UBS Santa Cecília e depois a UBS Republica pelo território onde ele trabalhava, não é? E está até hoje essa situação. A companheira, cheia de que tudo mundo também conhece, foi conselheira estadual quando, passado por razões econômicas, teve que mudar no centro para não mora mais no centro. Mas a referência dela continua até hoje. Ela se trata, participou de conselho até outro dia na UBS Santa Cecília. Porque assim é só comprovar isso nesse muito simples sempre. Sempre funcionou assim. Faz 20 anos, pelo menos como um movimento, e eu acho que pode ajudar a acabar com essa dicotomia as pessoas, obviamente, eu tenho uma história Na Na Vila prudente, em na Vila Matilde, com movimento da Vila Matilde, onde nós, onde nós surgimos com esse modelo de conselho, não é? Não vou poder me candidatar na zona leste. Adoro a zona leste até hoje, mas eu moro aqui, minha referência toda está aqui há 20 e tantos anos, então a gente resolve tranquilamente isso. Se a gente tiver um pouco de bom senso de que o direito do usuário não pode ser alterado, não é obrigado.

Flávia Anuniação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais

Gerais e Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva: Rubens, o próximo inscrito. Antes Rubens depois Adriana.

Rubens Alves Pinheiro Filho, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde

Oeste: Pessoal. Alô? Tá ouvindo? Então tá bom, olha, a questão é o seguinte, eu, eu.

Eu Acredito aqui com toda a conversa que nós fizemos com toda a preparação. Não, não, tudo bem, de toda a preparação deste regimento interno, ele não foi feito em 1 dia, em uma semana. Foram pelo no mínimo 60 dias, né? De construção deste regimento interno. Os componentes, os conselheiros que trabalharam neste regimento interno, todos são extremamente. Competentes e fizeram um trabalho excelente, inclusive que temos. Tivemos um membro que é advogado que é extremamente importante por com questões de decreto e lei, nós não é. Temos o. Tínhamos a necessidade de ter este este membro e todos os segmentos aqui dentro estavam representados nessa comissão. Todos os segmentos estavam representando nessa comissão. Tá aí o que acontece e estava aberto durante 60 dias para consulta. Consulta que foi feito consulta popular, consulta nos seus segmentos, que cada cada conselheiro tinha condições de levar para o seu segmento para a sua região. A discussão sobre o regimento é eleitoral. Tá, e aí, o que acontece? Desculpa, eu não quero entrar em polêmica. Eu quero ser bem objetivo, mas se necessário for, eu vou defender essa tese. Eu não vou entrar agora para não criar mais polêmica ainda. Eu Acredito que é o seguinte, a proposta e a leitura que o Walter fez, que foi um dos construtores deste regimento interno. Para mim, é o que tem que ser considerado. Aqui está a gente. Tem algumas, né? É natural, tanto todos nós aqui o segmento da FACESP participou. Não, né? Nesse regimento, né? O segmento patologia do doenças raras segmento trabalhador o segmento usuário mais amplo. Todos nós

participamos, inclusive aceitamos sugestões de pessoas que estavam fora e que procuraram colaborar conosco. Eu gosto de nominar isso para não haver dúvida, tá? 2 dessas pessoas que colaboraram com isso uma chama-se Kayano Jorge Kayano e o outro do grito dos excluídos, o Seiti Takahama. Tá dentro for colaboraram conosco aqui e te. E estava aberto para quem quer que fosse. E aí, o que eu quero? Não quero polemizar, mas se a coisa não andar como ela tem que andar a, por exemplo, a questão de Pirituba, Perus e Anhanguera. Ela é um decreto, é um decreto. Quer derrubar o decreto, derruba o decreto e só para colocar, está encerrando colocado na seguinte maneira e me reescrevo, porque se a coisa continuar está colocado da seguinte maneira, é. O pessoal que está pleiteando modificação aí na figura do seu líder, o senhor Santana, participou duas vezes de eleições na zona Oeste e as 2 vezes sobre concessão da UMPS não foi de graça, não foi de graça, a UMPS to concluindo porque isso é importante para ficar bem claro e me inscrevi de novo. Foi concessão da UMPS porque até então o senhor Santana e o seu grupo não tinha representatividade nenhuma ilegal para estar concorrendo na eleição. A UMPS fez isso tá bom? Então me inscrevo de novo, se necessário for, vou esclarecer. Então, meu ponto é esse próximo a leitura do Walter para mim é fundamental se fugir disso aí, a polêmica vai aumentar, não é ameaça, é constatação.

Adriana Ramos Costa Mateus, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde

Sudeste: A gente tá falando do documento do que? Do regulamento do processo, que falou regimento aí ficou confuso com o regimento interno do conselho. Pra e o documento norteador aí do processo eleitoral é, eu só queria fazer uma fala que é o seguinte, está no próprio decreto. Vamos, Julio, bateu o tempo todo na comissão, então a gente não vai fugir do decreto se tiver que fazer mudança, vai ter que alterar o decreto. E aí a gente põe na mesa, aumente. Se as vagas de cadeira no conselho municipal, aí vai ter que discutir e se aprofundar, porque lá, é claro, é vaga dos movimentos e eles se apresentaram lá, embora não tenha, tem como o próprio Rubens falou aqui, fórum popular e a assembleia popular, até o senhor. Acho que esse senhor é ele, o Santana. Ele até falou para mim. Ele conversou até o mês, né? A gente? Ele conversou comigo, ele falou, nós somos a assembleia estadual, ninguém vai impedir nos territórios. O Rubens é nessas questões que cada território pera aí, Flavia, a gente não pode fazer interferência no processo dos territórios. O conselho não pode, você vai ter problemas. A própria comissão vai ter problema por isso, por isso que eu estou falando a questão que eu entendi desse processo todo, vai ter que fazer uma discussão. E as entidades discutir melhor sobre esse ponto, embora esteja bem claro no decreto, então eu coloco como proposta. Se fizer alteração, é, pô na mesa. O decreto atual do conselho municipal e aumentar a vaga

Flávia Anunciação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva: O próximo inscrito José Ivan.

José Ivan - é queridos companheiros, é? Pelo que eu entendi, a questão desse documento era, a gente é deliberar, discutir aqui e responder ao Ministério público. Ponto Final, Ponto Final. Acabamos de aprovar o regimento interno. Atualização já foi publicado, estamos trabalhando no processo. No documento norteador da das eleições do território está caminhando. Eu Acredito que não cabe mais. É. É discussão. AO desejo da desse movimento é legítimo, mas em outro momento, né? Ele pode esperar a próxima AO próximo conselho, mas Eu Acredito que nós temos que decidir agora. A resposta ao Ministério público e foi acordado na reunião do dia 19 de novembro. Ponto Final. Nós estamos aqui gastando nosso tempo com algo que nós deveríamos. Vamos deliberar sobre a resposta, como é que vai ser feita e pronto? O restante é Eu Acredito que já não cabe mais discussão. Obrigado.

Flávia Anunciação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva: É esse. Esse era o Combinado. Próximo inscrito, é o Walter.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: É, é obrigado, gente. Eu voltei aqui para tentar. Não é aplacar os ânimos, porque acho que essa situação

precisa ser finalizada. É, eu queria dar segurança, né? No meu entendimento, e aí, abro óbvio respeito a entendimentos diferentes, né? Porque a gente pode perceber a realidade de várias formas de que é. É impossível pela nossa norma de hoje que uma pessoa vote em Duas plenárias. Vou explicar por que o artigo 11 do nosso regulamento diz que a plenária deve acontecer das 9 às 13:00 todas as plenárias que vão acontecer no mesmo dia de usuários, não é? Obviamente, vão acontecer das 9 às 13:00. Todas as plenárias vão ter ata e lista de presença. Se a gente identificar, né, a gente melhor. A comissão eleitoral, registro duplicado, obviamente achou uma irregularidade. Aí não é que obviamente vai cair. Acabou. É bem simples, então é, eu diria, ó, é possível que alguém vote em 2 lugares que ela ou que ela cita lhe transporte, que ela corra aquela vou e ou que alguém apresente documento não é irregular, é só que a nossa norma impede que essa pessoa vote mais de uma vez. E esses votos vão ter que ser configurados, daí eu diria, dos 2 das 2 plenárias. Porque a gente não sabe nem quem é. Foi voltar, votar de verdade, então eu acho, não é que não há esse risco de, pelo que a gente tem normativa de nenhuma pessoa votar mais de uma vez, é. E acho óbvio, não é que a gente tem muita coisa, aprimorar a mas acho que o cerne da questão foi debatido. A gente podia tomar uma resolução encerrar, né? E faço esse apelo aos meus colegas, obrigado.

Flávia Anunciação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva: O André é o próximo inscrito. OPA, espera aí.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Walter, eu concordo com você em 99.9%, mas eu preciso, eu acho que é, pode ser que seja pedagógico isso. Às vezes a gente se pega. O que está escrito sem compreender o sentido da palavra ou daquilo que está lá. Veja por exemplo a UBM, as meninas aqui são da UBM, da união brasileira de mulheres faz parte do movimento social e comunitário associação comunitária de moradia. Faz parte dos movimentos sociais e comunitários, então você não tem que ter no nome da sua entidade, movimento social e comunitário. Porque a gente entende, com base naquilo que é da nomenclatura, quais são as entidades e os objetivos dessa entidade que estão associadas aquele nome, assim como o movimento popular de saúde, não é união de movimento popular, de saúde ou não, é o movimento popular de saúde do centro da SUDESTE da Oeste, movimento popular de saúde. Aí o Fred que está ali a bastante tempo. Um homem da educação permanente, o homem da educação em saúde, um homem que pode nos dizer se essa interpretação, que é de movimento popular, o que é um movimento popular? Por quê? Assembleia geral ou assembleia de esqueci o resto aqui porque o voto pegou o papel de mim e me levou embora. É. O fórum de saúde é um movimento popular, não independe o nome que eu coloque na minha, no meu agrupamento, no meu coletivo, no meu movimento. Mas se este movimento trabalha diuturnamente em prol da saúde, este é um movimento popular, é um movimento de pessoas, por isso que é popular movimento de pessoas em prol de alguma coisa. Então eu só quero deixar registrado isso aqui para que a gente não caia na incidência de que chega lá no momento da plenária do social e comunitário, uma entidade que faz parte do social comunitário vem daquilo que a gente compreende, que é o negro, não é? E várias outras. A CMP é não tem lá dentro da CMP a parte de saúde, ela não está esqui, que ela era o movimento popular é, apesar que é, não é não se central dos movimentos. OK, porque ch. Aglutina um Monte, mas todo mundo que está aglutinado dentro das MP tem o nome de movimento. A grande maioria não. Então é isso que a gente precisa compreender para quando a gente chegar no. No momento da plenária, que a que o objeto dessa discussão é a distribuição das cadeiras do movimento popular, isso foi tema desta discussão. Isso foi tema da distribuição das vagas de delegados para o conselho estadual. Foi tema da discussão no MP para a distribuição das vagas para o conselho para o para a conferência nacional, a forma de organização então, é só para a gente dizer que de novo e eu respeito do movimento popular de saúde, eu respeito a ONGs. Eu respeito os seus integrantes, mas aqui não é cadeira da UPS aqui não é cadeira da FACESP, aqui não é cadeira das MP, aqui não é cadeira de entidade que tem o nome de movimento popular. Aqui é cadeira de toda e qualquer entidade que cumpra os requisitos estabelecidos no decreto. Ponto obrigado.

Flávia Anuniação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva: Questão de ordem Benê. Questão de ordem do Benê.

Flávia Anuniação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva: É esse. Esse era o entendimento inicial e que eu tinha entendido, mudou. Eu fico aqui até às 4 da manhã. Marilda está inscrita, eu vou seguir. Quer escrever? Quer falar, a gente vai continuar falando, entendeu? E eu acho, é, é, esse é o problema, esse é o problema. É, então não vai, Marilda? Estou garantindo as inscrições. Eu tenho inscrito aqui, ó a Marilda, o Rubens e a inscrição da Adriana.

Marilda Silva de Souza Tormenta, Conselheira Titular representante do Poder Público: Pessoal é pessoal, pessoal, eu vou, pessoal, eu vou, eu vou ter que sair porque eu já passei mal, inclusive pela minha glicemia. Agora eu estou vendo que eu estou com outra coisa. Eu só queria ter um momento, hã? Eu participei de todo esse processo, inclusive eu faço parte da comissão eleitoral junto com os trabalhadores, junto com os usuários que são prioritários. Tudo isso que nós estamos discutindo foi rediscutido, mas assim, número é várias vezes e tendo como consultor de apoio o Júlio Caruzzo. A gente vai e volta, a gente não respeita a gente mesmo e a gente tem que respeitar o que a gente vê. Essa possibilidade de discussão de diversidade é que nós damos a oportunidade. Nós aprovamos em pleno nós discutimos isso. Nós temos um coordenador da comissão eleitoral, teve, teve abertura e acesso a todo mundo a esse documento devido entendimento do do Ministério público. Porque tem uma coisa enrolada aqui não de respeito ao processo eleitoral, segundo o que eu aprendi com Júlio, embora não seja, é do legislativo, nós não podemos mudar decreto. Então assim, eu sou favorável de que seja mantido o que nós discutimos.

A comissão eleitoral, em colaboração com todos os residentes aqui do pleno, e eu tenho que sair?

Flávia Anuniação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva: O próximo inscrito é o Rubens.

Rubens Alves Pinheiro Filho, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Senhora coordenadora e demais membros aqui, no meu ponto de vista, nós estamos hesitando e dando voltas está a questão fundamental desde o começo, que era a leitura do documento, a compreensão disso, um ligeiro. Debate sobre a constitucionalidade, a legalidade ou não das propostas. Tá, e era só isso? Não era isso. Eu não sei, eu não sei onde você colocou que o rompe isso, eu não rompi com nada. Eu mantive isso e insistir por 3 vezes, porque é igual para Pedro, negou. Cristo, eu insistir com Cristo não é para que tivesse um encaminhamento conforme a leitura do conselheiro Walter acabou, mas aí foi aberta para inscrição re inscrição e isso tudo. aí, desculpa, senhora coordenadora, eu acho que neste momento a gente tem que ir só para a definição disso. Mandamos a resposta para o Ministério público ou não é só isso?

Adriana Ramos Costa Mateus, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: Como foi falado que eu, que cria a situação, não criei? Situação foi diante que fala de conselheiro. Só coloquei uma posição. E aí, Flavia Flávia, que é a coordenadora. Vai para a proposta do Walter pronto, acabou já. Acho que encerrou.

Flávia Anuniação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva: Então encerramos. Então a gente pode ir para encaminhamento, podemos ir à que bom, gente, que legal, então vamos lá. Tem a proposta do Walter certo da gente encaminhar o documento para o MP, é isso. A resposta do documento é isso que a gente vai colocar em votação. Tão tá? Então a gente está colocando uma proposta do Walter do jeito que ele trouxe aqui por. Por aclamação, para a gente poder encerrar esse assunto pode ser assim, estamos todos de acordo. Não tem nenhuma divergência, então quem se colocar a favor permaneça como está. (silêncio) Quem é contrário? (silêncio) Quem vai se abster? (silêncio). Aprovada a proposta do Walter para

encaminhamento para o MP. Muito bem, Walter. Ufa. Agora a gente, agora a gente vai para as deliberações. Vocês não podem sair ainda em.

Júlio César Caruzzo, Secretário Geral do CMSSP: A gente tem uma. É nas deliberações ainda. Temos a solicitação de um agendamento. Pleno extra é com uma pauta a situação dos hospitais municipais. HPM outra pauta, agendar um pleno extra para apresentar o documento norteador para os processos eleitorais nos conselhos gestores de saúde do conselho municipal de saúde. Podemos aprovar os 2 plenos extras por aclamação? Alguém, alguém é contrário. Alguém se abstém, OK? Aprovados. Alguém, algum conselheiro tem informe de comissão de conselheiro de comissão? OK, tem Adriana.

Adriana Ramos Costa Mateus, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde

Sudeste: É, participamos eu e a Flávia da reunião do CAPS Adulto de V Prudente, a gente participou como membro do Movimento Popular e como Conselho. Vou reforçar de novo. Não sei onde está esse ofício e em algum momento, já saber sobre o retorno ao conselho gestor da UBS Gumercingo, se no pessoal está questionando o que não tem devolutiva, não sei qual comissão está. Se foi pra GT de contratos ou políticas de saúde, mas assim que puder dar um retorno lá nesse ofício via SEI para que fique claro para um retorno, né? Que já passou por alguma comissão. Onde tá? Porque está tendo muito questionamento, que os documentos chegam, mas não tem devolutiva. Se puderem dar via SEI esse retorno a gente agradece.

Júlio César Caruzzo, Secretário Geral do CMSSP: OK, é seu Carlos tinha pedido primeiro me informe, então quem vai? Né?

Laudicéia Reis Silva dos Santos, Conselheira Suplente representante das Entidades Sindicais

Gerais: Eu sei que é informe, mas como a reunião hoje foi bem, a gente tem uma pactuação da Secretaria desde o ano passado, que já está aí, de que ia receber a comissão do hospital Santa Catarina para tratar pra falar dos leitos, né? E a gente está esperando uma devolução da data e aí eu gostaria de saber qualquer posição da gestão em relação a isso?

Flávia Anuniação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais

Gerais e Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva: Só lembrando que o Fábio tinha se comprometido que depois do dia 15 de janeiro ele daria uma resposta. A gente sabe que, como todo servidor, ele tem direito a férias, mas a gente espera um carinho assim, né? Porque, afinal de contas? O secretário estava sentado nessa reunião, ele estava sentado, ele, a doutora Marilande, é muito triste que um secretário se comprometa com uma pauta e depois de tanto tempo essa pauta não seja cumprida. E aí, Fábio, a gente pode usar o que quiser para poder justificar, mas no final do dia houve uma pactuação comprometimento de uma autoridade dentro da Secretaria municipal de São Paulo e já faz todo esse tempo em que isso foi esquecido, engavetado e os usuários do território cobram a gente, cobram o conselho municipal e estão aguardando ansiosamente essa manifestação.

Fábio Henrique Salles, Assessor de Gestão Participativa da SMS: Na verdade, assim, lá o esse compromisso foi feito com o secretário.

Estava aqui presente está. Nós não. Não tiro a sua fala, só estamos organizando a questão da realmente vou falar de novo, dessa mudança para que a gente possa tratar desse assunto. Mas eu gostaria de fazer uma pergunta agora como ex conselheiro e representante da assessoria de gestão participativa, é sobre essa pauta, é uma pauta? É uma pergunta, realmente é uma pergunta lá tem conselho gestor lá também, não é Santa Catarina? É, você tem entrado em contato com o conselho gestor lá é assim. Só pra gente poder tentar entender pelo por um local, por, por um local a é não tem discussão nem forma. É sobre essa questão, para que a gente não pudesse ir, não é? É, teria a ver também na questão da política de saúde, sobre essa questão também, né? Sim. Não, eu. Eu paro por aqui. Está, mas assim já conversei com o secretário, só estamos esperando essa questão dessa mudança para gente poder fazer todos os trabalhos. Novo prédio, que está para agora algumas áreas já está 70% das secretarias já mudou e está faltando a questão agora nossa, do gabinete, fazer essa mudança lá para o novo prédio. Então, creio que

no começo desse do próximo mês. Não é até a gente se acertar lá, já vamos estar mais tranquilo para que a gente possa tomar não só essa pauta, mas também o conselho municipal. Que partir da semana que vem nós vamos começar a desmontar tudo aqui para que a gente possa também fazer essas mudanças, não é? É, então só. Só peço isso para vocês, não só para você, mas para os demais conselheiros que nós estamos nesse intercâmbio aí, dessa questão aí, dessa mudança.

Frederico Soares de Lima, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e

Comunitários: Bem, boa tarde a todos e todas, eu. Eu. Eu gostaria de parabenizar, parabenizar, principalmente a coordenação, viu? Eu acho que é. Tem que ter pessoas, tem que ser pessoas a ser o. É, tem que ter muita paciência e tal, mas eu acho que é necessário e é interessante o que eu queria passar, viu Júlio? O que eu queria passar para o conselho é o seguinte, foi aprovado por esse conselho um projeto de educação permanente, não é?

E que a gente tem que colocar em prática. Tá ouvindo? A tá? Foi. Foi aprovado por este conselho ou um projeto de educação popular que a gente tem que colocar em prática e eu me recuso a colocar em prática sem ter a acompanhamento de vocês. Sabe por quê?

Porque esse é instância para mim, no meu modo de ver, que a instância responsável pela cidade na cidade de São Paulo em deliberar tudo aquilo que se refere ao controle social e as políticas públicas existentes, então não pode a gente fazer nada se não tiver anuência deste conselho. Acompanhamento, então eu vou falar com a escola. Para a gente, é formular AA, um formato e tal para discutir com vocês, para a gente colocar em prática que eu acho superimportante isso.

Benedito Alves de Souza, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde

Centro: Passa palavra para Tarcísio

O convidado, Tarcísio: Quero colocar uma preocupação que está acontecendo aqui no centro, né? Que a gente tá? Começando um processo de renovação dos conselhos gestores dos conselhos das 2 supervisões que nós temos aqui no centro. Que é a Supervisão Sé e a Supervisão Santa Cecília. A nas últimas reuniões da supervisão, não teve quórum, não teve nenhuma votação, mas aprovaram várias coisas, né? O que é isso? Na segunda-feira última que todo mundo conhece o movimento, sabe assim, primeira segunda-feira do mês tem reunião do movimento pela de saúde e tal que é mensal a nossa reunião que não tem saúde na área e a Coordenadoria todo mundo sabe. Eu recebi às 11h52 um comunicado da da AGP da Supervisão Sé convocando. Eu nunca tinha recebido nenhuma mensagem da AGP da Sé, tá certo? Mesmo sendo coordenador do movimento aqui no centro e participando ativamente, ainda que não esteja conselho naqueles locais, estou só na minha unidade. De repente, a reunião foi marcada para as 14:00 desse mesmo dia, ou seja, 2 horas e 8 minutos depois de me comunicar o movimento que teria reunião. O que, obviamente, todo mundo sabe que inviabiliza qualquer participação e essa é essa reunião.

O que a gente ficou sabendo? Não deu quórum, mas eles aprovaram o regimento interno. O regulamento interno para para eleição das regiões e com inscrição no dia 14 de fevereiro, que é nada mais nada menos do que quarta-feira de cinza, onde só tinha expediente de meio período. Quer dizer, está tudo errado. Eu queria que o conselho municipal prestasse atenção no que está acontecendo numa supervisão importante, como está acontecendo, simplesmente assim nós recebemos, recebemos formalmente. O WhatsApp, que nunca tinha recebido da AGP que receber, recebe. São os conselheiros, não é? Hino não receberam e fizeram a reunião e aprovaram o ao bel prazer sem a participação da gente. Então, acho que tem alguma coisa para a gente olhar com atenção, porque isso prejudica o controle social. Simplesmente, obrigado.

Flávia Anunciação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais

Gerais e Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva: É, deixa eu ver aqui, gente, eu acho que tinha terminado. Você tinha pedido? Adriana, não, não é não. Aquele como é que ele chama seu André? Eu sou André, pediu para falar, gente, a gente já está no final certo? E eu vou ceder a palavra para o seu André. Então André está aqui desde o começo. Você, André tá sempre aqui para gente. Respeitosamente, a ouvir o seu André para poder encerrar para poder almoçar. Está funcionando Minas André em gente.

O convidado, André: Na realidade, o que eu ia citar é, é como já citado, hospitais, antigo Santa Marina, que é Gilson de Cássia Menezes Carvalho, então, queria muito reforçar com relação ao hospital, que é uma pauta que praticamente já foi pedido. Há muito e muito tempo, e realmente se torna um descabro totalmente um de um. Diz esquecimento que não tem a mínima intenção do secretário retomar essa jornada e devolver essa, ter essa devolução para a população. O conselho regional do próprio equipamento, ou melhor, em volta do próprio, dos próprios hospitais. Luta e Batalha para que seja retomado essa pauta e não possamos esquecer, isolar, jogar debaixo do tapete e fazer de conta fora um grande mínimo descaso da população. E o atendimento da população que necessita desse equipamento ou ainda com muita desculpa, jogando o equipamento ao lado. Desculpa que tem para atender uma especialidade e assim por diante, sendo que não é nada daquilo, é jogo de cintura, jogo político, né? E deixando a população de a deriva, isso não possamos deixar de maneira alguma, eles que estão deve tomar retomar essa jornada, essa pauta e devolver a maternidade para a população, para as mulheres que necessita desse equipamento regionais locais. É isto.

Flávia Anunciação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva: Muito bem, eu vou primeiro, eu vou antes de encerrar, eu vou. Fábio saiu, mas só reforçando a um compromisso de receber e não. E o compromisso, ele foi muito bem estabelecido aqui. Área hospitalar recebe uma comissão formada para o de conselheiros do território para discutir a supressão dos leitos. O conselho municipal, quem está na lá na saúde da mulher, quem estava, quem está à frente dessa discussão? Está o Walter Mastelaro e Adriana vai receber essa comissão para discutir a supressão dos leitos, com o fechamento da maternidade. Esta é. Este foi o compromisso firmado aqui publicamente. Agora, se a gente começa a não cumprir compromissos firmados publicamente, aí é difícil, não é, está? Amanhã eu vou ligar para o Fábio, cobrar de novo. E o meu comprometimento como secretário, como coordenadora adjunta, que eu vou ligar para o Fábio todos os dias, até a gente ter uma data, está bom, gente? Oh, então vamos agradecer os intérpretes de libras que tiveram esse tempo todo com a gente. Agradecer demais o trabalho deles, está bom? Muito obrigada agradecer o pessoal que está no chat acompanhou a reunião até aqui, agradecer todos os agradecer todos os presentes e eu estou encerrando a reunião. Muito obrigada.